

o b s e r v a

observatório
de ambiente
e sociedade



Laboratório associado

Poluição e Despoluição do Rio Lis

José Luís Garcia, José Esteban Castro,
Ana Isabel Inácio, Ana Mafalda Silva

e estudo / 12

1999

EPISÓDIO DE CONFLITO AMBIENTAL
POLUIÇÃO E DESPOLUIÇÃO DO RIO LIS

RELATÓRIO FINAL

José Luís Garcia
José Esteban Castro
Ana Isabel Inácio
Ana Mafalda Silva

DEZEMBRO de 1999

Índice

EPISÓDIO DE CONFLITO AMBIENTAL.....	1
POLUIÇÃO E DESPOLUIÇÃO DO RIO LIS	1
DEZEMBRO de 1999	1
Índice	Erro! Marcador não definido.
Siglas	3
1. INTRODUÇÃO.....	6
2. QUADRO DA SITUAÇÃO.....	6
2.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DA BACIA	8
2.2. ACTIVIDADES HUMANAS E IMPACTE AMBIENTAL	9
3. A EVOLUÇÃO DO CONFLITO	13
3.1. ALGUNS MOMENTOS FUNDAMENTAIS DO CONFLITO	14
3.1.1. As Autoridades Locais no Jogo do Conflito	15
3.1.2. Suiniculturas	16
3.1.3. A indústria	18
3.1.4. A agricultura.....	20
3.1.5. O papel das associações ambientalistas	21
3.2. AS OSCILAÇÕES POLÍTICAS DO PROCESSO DE DESPOLUIÇÃO	21
3.3. SÍNTESE DO PROJECTO A REALIZAR.....	24
4. CONCLUSÕES.....	25
5. CRONOLOGIA.....	28
SIGLAS	44
6. BIBLIOGRAFIA	45

Siglas

ADELEI	Associação para o Desenvolvimento de Leiria
AIA	Avaliação de Impacte Ambiental
AMAE	Associação dos Municípios da Alta Estremadura
ANS	Associação Nacional de Suinicultores
ARS	Administração Regional de Saúde
ASCL	Associação de Suinicultores do Concelho de Leiria
CCRC	Comissão de Coordenação da Região Centro
CNA	Concelho Nacional da Água
CNROA	Centro Nacional de Reconhecimento e Ordenamento Agrário de Leiria
DGA	Direcção-Geral do Ambiente
DGDR	Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional
DGHEA	Direcção-Geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola
DRA Centro	Direcção Regional do Ambiente da Região Centro
EIA	Estudo de Impacte Ambiental
ETAR's	Estações de Tratamento de Águas Residuais

FADL	Federação dos Agricultores do Distrito de Leiria
GEOTA	Grupo de Estudos do Ordenamento do Território e do Ambiente
GNR	Guarda Nacional Republicana
ICN	Instituto da Conservação da Natureza
IHERA	Instituto de Hidráulica, Engenharia Rural e Ambiente
IA	Instituto da Água
IEADR	Instituto de Estruturas Agrárias e Desenvolvimento Rural
IM	Instituto de Meteorologia
INAG	Instituto da Água
INAM	Instituto Nacional do Ambiente
INIP	Instituto Nacional de Investigação das Pescas
IPA	Instituto Português de Arqueologia
IPAMB	Instituto de Promoção Ambiental
IPE	Instituto de Águas de Portugal
LPN	Liga para a Protecção da Natureza
MA	Ministério do Ambiente
MARN	Ministério do Ambiente e Recursos Naturais

MPAT	Ministerio do Planeamento e Administração do Território
PDR	Plano de Desenvolvimento Regional
POA	Programa Operacional do Ambiente
RAN	Reserva Agrícola Nacional
SEARN	Secretaria de Estado do Ambiente e Recursos Naturais
SIMLIS	Saneamento Integrado dos Municípios do Lis
SMAS	Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento

1. INTRODUÇÃO

No início de Setembro de 1999, o Conselho de Ministros aprovou um decreto que sancionou o começo de uma operação avultada cujo objectivo era despoluir completamente a bacia do rio Lis até ao ano 2004. Trata-se concretamente da criação de um sistema multimodal de saneamento da bacia, que envolve a recolha, tratamento e despejo de efluentes. Para levar a cabo esta obra foi criada a empresa Saneamento Integrado dos Municípios do Lis (SIMLIS). Com um orçamento de 10 milhões de contos, 85% do qual financiado pelo fundo de coesão da União Europeia, o projecto destaca-se como um empreendimento de grande envergadura. Entre outros aspectos, a obra implica a construção de 280 mil km de interceptores e emissores para o tratamento de águas residuais, assim como de 14 Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR's).

A decisão tomada no passado mês de Setembro constitui o fim de um intenso debate levado a cabo nas últimas décadas em redor dos problemas da bacia, particularmente quanto à situação de poluição extrema que afecta tanto os recursos hídricos como os ecossistemas dos quais os mesmos fazem parte. No entanto, a culminação desta etapa não pode assumir-se como um dado adquirido, já que os problemas, presentes e futuros, se revestem de uma enorme complexidade. Em particular, a gestão integral da bacia deverá enfrentar o conflito não resolvido entre os interesses dos diversos utilizadores da água que coincidem neste espaço relativamente pequeno mas que apresenta uma grande densidade em termos de pressão imposta aos recursos hídricos. Por outro lado, as dificuldades existentes no âmbito institucional, especialmente em relação à aplicação e controlo das formas de regulação ambientais constituem um outro obstáculo significativo para o êxito do projecto anunciado.

O presente trabalho constitui, de uma forma sintética, um quadro da situação do problema que se procura resolver na bacia do rio Lis, incluindo uma caracterização dos principais aspectos do conflito social e político que conduziu à adopção do programa de saneamento e uma breve análise das possibilidades de êxito do projecto a curto prazo.

2. QUADRO DA SITUAÇÃO

Uma primeira aproximação ao problema põe em relevo algumas questões relacionadas com as características particulares desta bacia, que apesar do seu

tamanho relativamente pequeno tem ocupado recentemente um espaço importante no debate público nacional. Com efeito, a bacia do rio Lis cobre uma área de aproximadamente 950 km², extensão que se considerada no conjunto das bacias litorais adjacentes alcança um total de 1125 km², com uma população de aproximadamente 170 mil habitantes, segundo dados de 1995 (MA-IA-DRA Centro, 1999). O que se destaca é que, pesem embora as suas dimensões relativamente reduzidas, esta bacia se constituiu num objecto de interesse público de grande relevância devido às denúncias constantes de desastres ecológicos que afectam a região. Em especial, são notórios os casos de mortandade massiva de peixes pela poluição das águas dos rios e das áreas de estuário que afectam especialmente a área baixa da bacia¹.

Neste sentido, estudos realizados recentemente demonstraram que os sistemas hidrológicos da bacia se encontram saturados já que não têm capacidade suficiente para regenerar a carga orgânica e microbiológica que neles é descarregada, praticamente sem nenhum tipo de tratamento. Ao mesmo tempo, as águas são pobres em oxigénio e existem concentrações muito elevadas de matéria fecal, situação que se verifica de uma forma particularmente séria nas águas subterrâneas da cidade de Leiria, onde o rio Lis se converteu num receptáculo de efluentes agrícolas, pecuários, industriais e urbanos.

Em geral, os diagnósticos afirmam que as águas superficiais da bacia são inutilizáveis para uso humano, à excepção da bacia alta, onde se considera que se pode possivelmente utilizar a água para abastecimento público, ainda que esta seja uma conclusão provisória sujeita a uma série de estudos que se devem realizar para avaliar a situação, pois que esta área foi relativamente pouco estudada. O problema da má qualidade da água superficial é particularmente grave na ribeira dos Milagres, a qual recebe um elevado nível de efluentes sem tratamento procedentes da suinicultura, bem como a má qualidade das águas na praia de Vieira de Leiria onde desaguiam as águas contaminadas do rio Lis. Esta questão vê-se agravada pelas descargas realizadas pelas indústrias de celulose situadas entre Leiria e Figueira da Foz.

Apesar de ter sido possível estabelecer com alguma precisão a magnitude do problema, existem todavia muitos aspectos de funcionamento da bacia que continuam

¹ Para alguns exemplos recentes deste tipo de situações, vejam-se as seguintes reportagens: “Descarga no Lis volta a matar. Cinco casos nos últimos dois meses”, *Jornal de Leiria*, 2 de Junho de 1999; “Descarga no Lena mata milhares de peixes”, *Região de Leiria*, 26 de Junho de 1998; “Atentado ecológico no Rio Lena”, *O Mensageiro*, 23 de Maio de 1996.

a ser pouco compreendidos. Isto deve-se, em particular, à escassa informação existente relativamente aos dados hidrométricos, já que a rede de monitorização existente é insuficiente e se sabe muito pouco acerca dos níveis de escoamento na bacia, assim como da interacção entre sistemas de superfície e sistemas subterrâneos. Por outro lado, verifica-se um alto grau de indefinição no que diz respeito aos limites e interacções da bacia com outras bacias vizinhas na nascente do Lis. Estas lacunas do conhecimento contribuem para aumentar o grau de imprecisão e de dificuldade que o projecto de saneamento e conservação da região enfrenta.

2.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DA BACIA

Em termos de administração territorial, a bacia do rio Lis apresenta uma certa complexidade. Por um lado, envolve o território dos concelhos de Leiria, Pombal, Ourém, Batalha, Marinha Grande e Porto de Mós, os quais, à excepção de Ourém, incluem-se no distrito de Leiria e na região centro. Por outro lado, o concelho de Ourém integra o distrito de Santarém, o qual corresponde à região de Lisboa e Vale do Tejo. Contudo, em termos hidrogeográficos a complexidade é ainda maior, uma vez que a bacia se encontra em comunicação com outras bacias vizinhas, especialmente no que diz respeito aos sistemas aquíferos subterrâneos. A maior parte da bacia possui uma topografia relativamente plana e apenas se encontram elevações superiores a 400m sobre o nível do mar nas serras e meseta situadas até ao sudeste da região.

A precipitação média anual da bacia situa-se nos 956 mm, que ocorre com maior intensidade nas áreas montanhosas do interior, em contraste com a região costeira que regista valores inferiores à média. O regime estacional é de tipo mediterrâneo, com uma concentração de 75% da precipitação no semestre mais frio (Outubro-Março), que tem o seu ponto máximo no mês de Dezembro. Julho e Agosto são os meses que registam os valores médios mais baixos.

Por seu turno, o rio Lis tem uma longitude de 40 km e ocupa um área de escoamento de aproximadamente 950 km². Os seus principais efluentes são o rio de Fora e a ribeira dos Milagres, da Caranguejeira ou Sirol, e da Carreira, na margem esquerda, e os rios Lena e Alcaide na margem oposta. O Lena é o segundo rio mais importante da bacia, com 27 km de longitude e uma área de cerca de 190 km², ocupando grande parte dos concelhos da Batalha e de Porto de Mós. Em terceiro

lugar, situa-se a ribeira dos Milagres, cuja bacia sustenta uma elevada densidade de locais dedicados à suinicultura.

Considerando as características do terreno, podem identificar-se três zonas diferentes na bacia: o Lis superior, que inclui as sub-bacias dos rios Lis e Lena em Leiria; o Lis inferior, que ocupa a área situada entre a costa e Leiria; e as ribeiras da costa atlântica correspondentes aos concelhos da Marinha Grande e Leiria. A zona média, apesar da degradação que a afecta devido à intensa intervenção humana durante muitas décadas, também contém algumas áreas de importância em termos da biodiversidade, especialmente os caniçais de Sismarias e o Vale da Carreira. Finalmente, a bacia alta contém também importantes espaços de grande valor ecológico, como a ribeira da Curvachia, Senhora do Monte, Vale Maior, Colmeias e o Vale do Lapedo. Existem várias áreas de conservação da natureza na bacia: o Parque Nacional das Serras de Aire e Candeeiros, Pinhal de Leiria, Mata Nacional do Urso e a Lagoa da Ervedeira.

A exploração intensa da bacia do rio Lis reflectiu-se na progressiva redução da sua biodiversidade, facto particularmente notável nas zonas ribeirinhas, onde se fez sentir o impacto da agricultura de irrigação e as descargas poluentes. Como já se afirmou, considera-se que a zona menos afectada é possivelmente a bacia alta, onde todavia é possível registar a presença da lontra, assim como também de répteis e batráquios, ainda que a presença de peixes seja também ali muito reduzida. Em geral, a ictiofauna da bacia apresenta um elevado estado de degradação que se explica pela muito má qualidade das águas superficiais.

2.2. ACTIVIDADES HUMANAS E IMPACTE AMBIENTAL

A região, tradicionalmente dedicada a actividades agrícolas, pecuárias e extractivas, tem experimentado mudanças importantes nas últimas décadas. O sector primário, que inclui a agricultura e a indústria extractiva, registou uma redução na população activa entre os censos de 1981 e 1991, passando de 18 para 8% da população residente activa dos sete concelhos da bacia. Esta redução na agricultura foi compensada por uma deslocação nítida da população activa para o sector terciário, que passou de 32%, em 1981, para 41%, em 1991. Por sua vez, a percentagem de população empregada no sector secundário permaneceu sem alterações durante este período, em redor dos 50%. Neste último sector, nota-se uma concentração importante do emprego nas indústrias de transformação que concentram 25% do total de

população empregada na região (dados de 1996), embora aqueles tenham experimentado uma tendência decrescente durante a presente década. Em termos globais, o sector que concentra maior quantidade de empregos é o comércio e a restauração, com 36% do pessoal empregado na área.

Quadro 1: Tipo de Actividade e número de Empresas Poluidoras

	Batalha	Leiria	M. Grande	P. De Mós	Outros
Total					
Serração, ap.e impregnação de madeira 188	14	143	15	8	8
Produtos químicos (outros) 166	7	97	59	3	
Produtos forjados, estampados, etc. 12 165	110	20	15	8	
Bebidas 127	27	90	3	6	1
Serragem, corte e acabamento de pedra 112	18	59	2	28	5
Vidro e artigos de vidro 94	2	9	83		
Joalheria, ourivesaria, etc. 68	12	20	6	30	
Transformação de cereais e leguminosas; Fabricação de amidos, féculas, etc. 45	7	26	3	9	
Alimentos compostos para animais 36	6	24	3	3	
Fab. de papel e cartão 13		5	8		
Produtos químicos de base 13		10	2		1
Óleos e gorduras animais e vegetais 8	2	6			
Cimento, cal e gesso 8		5		2	1
Tintas, vernizes, etc. 5		5			
Folheados, lameados de partículas de fibras 4	1	3			
Sabões e detergente, etc 3	2	1			
Cortumes e acabados de peles 2	2				
Pesticidas e outros produtos agroquímicos 1		1			
Outros 8		6	1		1
Total 1065	112	619	205	104	25

Fonte: Elaborado a partir de MA-IA-DRA Centro (1999).

Um dos temas cruciais relativamente às actividades económicas relaciona-se com o seu impacte ambiental, em especial no que se refere à poluição das águas.

Neste sentido, os dados disponíveis assinalam que, de um total de 2154 empresas registadas na bacia do Lis, existem 1065 (aproximadamente 50%) consideradas como potencialmente geradoras de poluição para o meio hídrico. O quadro 1 apresenta a distribuição destas empresas por área de actividade e localização ao nível do concelho.

No entanto, a indústria não é o único factor de poluição da água na bacia. Por um lado, a carga poluidora gerada pelos utilizadores domésticos na área – que se concentra em mais de 90% nos concelhos de Leiria, Marinha Grande e Batalha – é estimada num volume diário de efluentes de cerca de 21000 m³, enquanto que o volume de efluentes produzido pelo sector industrial é estimado em 5500 m³ diários. Por outro lado, a suinicultura, que é o factor frequentemente indicado como o mais crucial no que respeita ao impacte ambiental, produz um volume diário estimado em 3200 m³ diários, 74% dos quais estão concentrados em Leiria, ao passo que o restante provém da Batalha, 14%, e de Porto de Mós, 12%.

Os volumes de efluentes, porém, são um indicador insuficiente para medir a carga poluidora procedente das diferentes actividades sustentadas pela bacia do Lis. Se se tomar em consideração a carga poluente em termos dos seus componentes (CBO5, CQO e SST), observa-se o peso significativo que tem o sector pecuário, basicamente a suinicultura (Quadro 2).

Quadro 2: Quantidade Poluidora Diária na Bacia do Rio Lis

Sector de actividade	Efluentes (m ³ /día) %		CB05 (kg/dia) %		CQO (kg/dia) %		SST (kg/dia) %	
Sector industrial	5506	17.5	3718	6.0	9143	6.0	4182	4.4
Sector doméstico	22750	72.3	10518	16.8	23666	15.5	15777	16.7
Sector pecuário	3220	10.2	48233	77.2	120277	78.5	74765	78.9
Totais	31476	100	62469	100	153086	100	94724	100

Fonte: Elaborado a partir de dados de MA-IA-DRA-Centro, 1999.

No que se refere aos serviços públicos de água e drenagem sanitária, a situação é muito variável. Por um lado, a média geral de cobertura dos serviços de água potável na bacia é de 91% da população, ainda que a percentagem varie entre os 100% em Alcobaça até aos 76% em Pombal, concelho que regista os níveis mínimos

de cobertura. No entanto, estes valores não reflectem a qualidade do serviço, que se encontra afectado quer pela contaminação das fontes de água, como por exemplo o caso dos aquíferos de Maceira e do Maciço Calcáreo Estremenho, ou pela inflexibilidade do sistema de condução que obstaculiza a prestação de serviços de uma forma regular, especialmente na época seca. Existe, por exemplo, uma grande preocupação com este último aquífero, que é considerado por alguns como o maior reservatório natural de água do país, uma vez que se encontra ameaçado pela infiltração de águas residuais provenientes da área de Fátima, cuja rede de drenagem e tratamento se encontra muito deteriorada, a tal ponto que grande parte dos efluentes não chegam à estação de tratamento (ETAR) uma vez que se perdem através das fugas existentes nas canalizações de condução².

A situação é muito pior relativamente aos serviços de drenagem domiciliar, já que em média apenas 47% da população se encontra ligada à rede municipal (estes dados são estimativos). De novo, a variação entre os diferentes concelhos é bastante grande, desde os 67% na Marinha Grande até aos 20% em Ourém. Acrescente-se que somente 40% da população da bacia está ligada a sistema de tratamento de afluentes, percentagem que varia entre os 67% da Marinha Grande e os 9% de Ourém.

Facto fundamental que deve ser considerado é o de que, embora a população total da bacia seja aproximadamente de 170 mil pessoas, existem cerca de 350 mil suínos nas centenas de explorações agrícolas da área³ que se concentram especialmente nas zonas da Ribeira dos Milagres e a oeste do rio Lena, circunstância que gera uma “densidade populacional” que contribui para piorar as condições dos serviços de saneamento e tratamento de águas residuais. Efectivamente, calcula-se que cada suíno produz uma quantidade de excrementos equivalente a quatro ou cinco pessoas (ver quadro 2), pelo que, para que o problema possa ser colocado de forma adequada, o projecto de saneamento anunciado foi obrigado a considerar um volume populacional substancialmente superior ao da população humana residente na área.

² Entrevista com o Dr. José Gaspar (ver “Entrevista”).

³ Estes são números oficiais estimados para 1995 (MA-IA-DRA-Centro, 1999). Outras estimativas indicam que os números reais podem ser muito mais altos. No caso da população, algumas estimativas afirmam que nos cinco municípios mais importantes existem 280 mil habitantes (entrevista com Dr. Nuno Carvalho). Em relação à população suína, segundo dados do Departamento de Saúde de Leiria, só nesse concelho estima-se que exista meio milhão de suínos (entrevista com o Dr. Henrique Pinto), dado que é sustentado também pelo director da OIKOS: “O concelho de Leiria só tem 50 mil porcos, o que equivale a dois milhões de pessoas” (entrevista com o Dr. Nuno Carvalho).

O problema dos efluentes domésticos, que constituem mais de dois terços do volume lançado na bacia (quadro 2), é sem dúvida “uma das componentes mais sensíveis do processo”, segundo o Delegado de Saúde de Leiria, Dr. Henrique Pinto⁴. Não obstante, em grande medida o debate público que tem sido desenvolvido nos últimos anos e, particularmente, o tratamento mediático dedicado ao tema na imprensa regional e nacional, tendeu a focar outros factores, particularmente a suinicultura e a indústria. A contaminação produzida pelos resíduos domésticos e pelos provenientes da agricultura formam parte do processo “difuso” que requer uma estratégia muito mais complexa, baseada entre outros elementos numa paciente tarefa de consciencialização pública. Destaca-se aqui o papel das organizações ambientalistas no conflito.

3. A EVOLUÇÃO DO CONFLITO

A bacia do rio Lis tem sido cenário de uma série de conflitos entre os quais o meio ambiente, especialmente os recursos hídricos, têm ocupado um lugar central. Neste sentido, a praia de Vieira de Leiria, que suporta uma intensa actividade turística, e o sector entre a praia e a cidade de Leiria, que tem sido durante séculos uma área de agricultura de irrigação cuja fonte principal é o mesmo rio, foram dois dos territórios mais afectados pelo problema. Como se poderia esperar, os que extraem água da parte baixa do rio e os que utilizam as praias rio abaixo, têm sido os principais responsáveis pela série de conflitos suscitados pela deterioração crescente dos recursos hídricos e do ambiente em geral. Os seus principais alvos têm sido e continuam a ser as câmaras municipais, os suinicultores e os industriais, ainda que as autoridades do sector hídrico também tenham sido denunciadas por não fazerem valer as leis e os instrumentos vigentes relativamente à protecção dos recursos naturais, particularmente da água. Contudo, os confrontos em redor da degradação do ambiente na bacia não se têm limitado a estes espaços, e em muitos casos a população tem-se visto envolvida em acções de protesto contra os responsáveis da poluição ou contra as autoridades, que são vistas como renitentes a aplicar a lei e a castigar os responsáveis.

Um dos primeiros registos da dimensão pública adquirida pelo problema da bacia data de 1982, quando foi publicado um relatório identificando “algumas

⁴ Entrevista com Dr. Henrique Pinto.

actividades poluidoras da Bacia Hidrográfica do Rio Lis”, trabalho que foi logo ampliado e actualizado por uma equipa da Universidade de Coimbra que se deu a conhecer em 1988⁵. Também no mesmo ano, uma publicação da Secretaria de Estado do Ambiente e Recursos Naturais (SEARN) apresentou um trabalho realizado entre 1978 e 1985 onde se diagnosticava a situação de degradação das águas da bacia do Lis, especialmente durante os meses de estiagem. Paralelamente, a Câmara Municipal de Leiria realizou um simpósio para discutir os problemas da bacia do rio Lis em meados do mesmo ano e, em 1989, o Secretário de Estado da Agricultura, Álvaro Amaro, teve um encontro com a Comissão Administrativa da Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Lis para discutir um projecto de reabilitação para a bacia. Todos estes acontecimentos são indicativos do interesse crescente que o conflito começou a despertar nos finais da década de 80, ainda que na prática os projectos não tenham chegado a desenvolver-se ficando pela “etapa dos papéis”.

Como veremos, o período seguinte esteve marcado por sucessivos “avanços e recuos”, anúncios por parte do Governo da iminência do início das obras de limpeza e também por períodos de inércia e paragem. Durante a década de 90, passou-se de um extremo para o outro com grande facilidade: o projecto de limpeza da bacia do Lis foi passando, com certa frequência, de uma situação considerada de alta prioridade para uma outra de ficar fora dos planos e projectos desiludindo as organizações ambientalistas, os autarcas e a própria população. Este fenómeno originou o recrudescimento das lutas entre os actores envolvidos e a repetição frequente das assim designadas pela imprensa “catástrofes ecológicas” durante todo o período. Como se constata, um dos factores mais significativos destes “avanços e recuos” constituiu a falta de certeza acerca de quem disponibiliza os fundos necessários para o financiamento das obras.

3.1. ALGUNS MOMENTOS FUNDAMENTAIS DO CONFLITO

O conflito ambiental da bacia do rio Lis, mesmo quando nos restringirmos apenas aos recursos hídricos, é de uma grande complexidade e envolve múltiplas dimensões. O mesmo actor encontra-se frequentemente em ambos os lados do confronto, como militante ambientalista e como acusado de crimes contra o ambiente. Este é o caso particular das autoridades locais, que jogaram um papel central que

⁵ “Organização do Espaço e dos Problemas do Ambiente”, citado em *Diário de Leiria*, 14 de Abril de 1994.

conduziram finalmente à adopção do programa de saneamento anunciado no passado mês de Setembro, mas que ao mesmo tempo foram – e continuam a ser em alguns casos – responsáveis pela acção ou omissão de graves “atentados” contra o ambiente que dizem defender.

3.1.1. As Autoridades Locais no Jogo do Conflito

Por vezes, o confronto dá-se entre diferentes departamentos de uma mesma autoridade local ou regional, como fica demonstrado pelo caso do Matadouro Municipal de Leiria, cujos principais accionistas são as câmaras municipais de Leiria e de Ourém, e que foram objecto de denúncias constantes por parte da população devido à carga poluente que aquele matadouro despeja para o rio Lena. A situação de conflito entre a população e as autoridades atingiu o seu ponto máximo no início de 1990, quando foram apresentadas uma série de denúncias aos Serviços de Saúde de Leiria. Um estudo de caso levado a cabo pelos serviços de saúde determinou que o matadouro deitava no rio “águas com imensa matéria orgânica constituindo-se como uma das principais fontes poluidoras do Lena”⁶. Apesar das acções empreendidas pelas autoridades de saúde e dos requisitos fixados para permitir a continuação do estabelecimento, a situação prolongou-se sem grandes mudanças como se pode verificar pelos protestos organizados pela população quase três anos mais tarde à volta do mesmo problema⁷.

Noutros casos, embora não seja a responsabilidade directa das autoridades o que está em causa, a relação existente entre os actores que detêm o poder político local e os poluidores parece ser muito próxima, a julgar pelo caso de uma destilaria na povoação de Golpilheira, no concelho da Batalha, cujo proprietário era um ex-presidente da Junta de Freguesia da localidade. Em finais de 1992, a povoação organizou um protesto devido à poluição produzida pela destilaria, que despejava “cheiros ácidos e pestilentos” no rio Lena⁸. A luta datava, pelo menos, de 1985, quando o autarca da altura, Francisco Coutinho, pôs uma acção no tribunal para obrigar a destilaria a resolver o problema, tendo atingido um momento culminante em

⁶ Veja-se: “Matadouro alvo de investigação. Poluição e ilegalidades”, *Jornal de Leiria*, 19 de Janeiro de 1990; “Matadouro de Leiria pode fechar se não cumprir notificações”, *Jornal de Leiria*, 10 de Março de 1990.

⁷ Veja-se: “Verão revela insuficiências de saneamento. Poluição dos rios Lis e Lena provoca protestos”, *Público*, 20 de Setembro de 1992.

⁸ Veja-se: “População da Golpilheira está em ‘pé de guerra’”, *Região de Leiria*, 25 de Setembro de 1992.

1989, período em que o Ministro da Indústria ordenou o encerramento da empresa devido à falta de cumprimento das normas existentes. No entanto, pouco tempo depois, a destilaria encontrava-se novamente em funcionamento sem ter cumprido com os requisitos impostos. Em 1993, numa reedição do conflito, a povoação ameaçou levar a cabo acções violentas contra a destilaria devido à inactividade das autoridades para fazer cumprir a lei.

Um dos acontecimentos de maior visibilidade terá sido o conflito suscitado por ocasião do acordo sobre o regime de legalização das explorações de suinicultura acordado entre a Administração Regional de Saúde (ARS) e várias organizações locais – a Zona Agrária de Leiria, a Hidráulica do Mondego, a Associação dos Suinicultores e a Câmara Municipal – em finais de 1992. O Centro de Saúde de Leiria, representado pelo seu delegado Henrique Pinto, recusou o acordo por o julgar inadequado para a protecção da saúde da população, já que o mesmo legalizava uma distância mínima inferior à considerada como segura para a localização de explorações de suinicultura em núcleos urbanos ou semi-urbanos. O delegado denunciou que o acordo era produto de decisões arbitrárias e de interesses pessoais negando-se a apoiá-lo, tendo mesmo ausentando-se da reunião oficial⁹.

3.1.2. Suiniculturas

Não restam dúvidas que o centro da atenção do conflito originado pela carga poluidora lançada na bacia teve o seu eixo no sector da suinicultura. Este foi responsabilizado por causar a maior parte da poluição na bacia, o que é relativamente compreensível devido à densidade da população de suínos concentrada na região (ver quadro 2). Por exemplo, um relatório do Instituto Nacional de Investigação das Pescas (INIP) indicou que a mortandade de peixes no rio Lis estava relacionada com descargas de materiais orgânicos, particularmente das suiniculturas. Os representantes dos suinicultores defenderam-se e recusaram as denúncias alegando que não podiam ser considerados culpados de “desastres ecológicos” apesar de muitas décadas de

⁹ Veja-se: “Delegado de Saúde rejeita edital. Suinicultores de Leiria aplaudem novo regime de legalização”, *Público*, 23 de Setembro de 1992. O Dr. Henrique Pinto manteve uma posição crítica quanto à política levada a cabo pelas autoridades locais e regionais denunciando entre outras coisas a existência de acordos a nível ministerial que impedem a aplicação de sanções aos poluidores: “As coimas financeiras não são aplicadas. Tenho a certeza absoluta que têm sido sistematicamente perdoadas. (...) houve aí uma altura em que entre o Ministério da Agricultura e o Ministério do Ambiente fizeram um compromisso de parar com as coimas. Ou seja, de as colocar na gaveta à espera...é sempre isto!” (Entrevista com o Dr. Henrique Pinto).

exploração de suinicultura na área¹⁰. Este é um dos muitos exemplos do tipo de conflitos originado pela ausência ou escassez de conhecimento rigoroso e de controlo sobre o papel que cada actividade tem no resultado final da poluição massiva da bacia.

É assim, um dos maiores problemas relativamente à actividade das suiniculturas é a enorme quantidade de explorações ilegais existentes, se bem que esta não seja uma característica exclusiva da bacia do Lis já que ocorre em todo o país. Em finais de 1992, a Câmara Municipal de Leiria iniciou um processo de regulação e legalização das explorações de suinicultura, particularmente das pequenas, em parte como resposta a protestos levados a cabo pelos produtores nos começos daquele ano. Como parte das negociações, a Associação de Suinicultores do concelho de Leiria deu a conhecer um projecto para a construção de quatro ETAR's dedicadas ao tratamento de efluentes produzidos pelo sector¹¹. No entanto, o projecto não esteve isento de dificuldades e teve mesmo que enfrentar a oposição das populações de zonas escolhidas para a construção das estações de tratamento. A população de Pinheiros, por exemplo, realizou manifestações contra a construção de uma das ETAR's projectadas, porque se opunham a que a zona se convertesse no lugar de passagem dos camiões que transportariam os efluentes, para além de considerarem que o projecto era apenas uma fachada e não uma verdadeira solução do problema¹².

A seriedade do assunto obteve o seu máximo reconhecimento quando em Março de 1994 o próprio Presidente da República de então, Mário Soares, visitou pessoalmente a ribeira dos Milagres, lugar onde se concentra grande parte da poluição com origem na suinicultura. A visita presidencial foi revestida por uma série de acontecimentos contraditórios: novas “catástrofes ecológicas” tentativas da parte das autoridades locais e de outros actores em “camuflar crimes ambientais” e novos anúncios oficiais de início súbito de processos de despoluição da bacia¹³.

Todavia, as boas intenções não bastaram e, de acordo com algumas posições críticas, rapidamente o processo derivou na legalização incontrolada das explorações

¹⁰ *Região de Leiria*, 6 de Fevereiro de 1992.

¹¹ Veja-se: “A aposta no associativismo. Combate à poluição mobiliza suinicultores” e “Associação de Suinicultores projecta quatro ETAR's. Obras podem começar em 1993”, *Diário de Leiria*, 29 de Setembro de 1992.

¹² *Diário de Leiria*, 14 de Abril de 1994.

¹³ Veja-se: “Novo desastre ecológico no rio Lis. Peixes mortos na véspera da ‘Presidência Aberta’”; “Luto no Lis à espera de Mário Soares”, *Jornal de Leiria*, 14 de Abril de 1994; “Crimes ambientais camuflados na Zona Centro. Longe dos olhares da comitiva presidencial”; “A arte de bem enganar um Presidente”, *Jornal de Leiria*, 21 de Abril de 1994.

que não cumpriam com os requisitos legais sem que a situação se modificasse minimamente no que diz respeito à poluição da bacia. Neste sentido, em meados de 1994, a autoridade sanitária de Leiria emitiu um documento¹⁴ a responsabilizar a Autoridade Distrital de Saúde, a Administração Regional de Saúde (ARS), a Direcção Geral de Pecuária e a Câmara Municipal de Leiria pela situação de ilegalidade que continua a caracterizar grande parte das explorações do sector na bacia, em especial no que se refere aos termos do licenciamento. Segundo este documento, mais de 50% das explorações de suinicultura não cumprem os requisitos de distância mínima relativamente às áreas residenciais, o que se fica a dever a um controlo laxista das condições estabelecidas para dar o licenciamento.

Certos factores externos contribuíram também para demorar e estancar o avanço do processo de consciencialização dos suinicultores quanto ao impacte ambiental da sua actividade. Em 1994, a plena adesão de Portugal à Comunidade Europeia levou a que as associações de suinicultores se opusessem violentamente à entrada de suínos procedentes do estrangeiro, com a argumentação que mais de 80% das explorações na região de Leiria iriam à falência devido à “concorrência desleal” com os produtores europeus (Dinamarca, Holanda, e Espanha). A situação foi criada precisamente no momento em que tinha arrancado a construção das quatro ETAR’s para o tratamento dos efluentes na área. Os produtores ameaçaram fazer concentrações massivas na fronteira para deter e destruir os carregamentos de suínos e os seus transportes.

3.1.3. A indústria

Apesar do indiscutível peso que a poluição das explorações de suinicultura lançam para a bacia, o impacte dos efluentes industriais tem desempenhado também um papel crucial na deterioração geral da região e, em particular, nos acontecimentos recorrentes de “catástrofes ecológicas”. Um dos casos mais significativos foi o das fábricas de celulose, cujo impacte ambiental começou a ser conhecido nos inícios da presente década graças a um conjunto de estudos efectuados para identificar as causas da mortandade massiva de peixes que não podiam ser explicados pela mera poluição orgânica derivada da suinicultura e de fontes similares. Neste sentido, já em 1990 a Assembleia da República tinha conhecimento do problema, pois o deputado socialista

¹⁴ O documento intitula-se “Relatório sobre as Suiniculturas Clandestinas no Distrito de Leiria”, Junho de 1994. Veja-se: “Licenciamentos no jogo do empurra. A Autoridade de Saúde apresenta documento crítico sobre suinicultores”, *Região de Leiria*, 29 de Julho de 1994.

Rui Vieira, do círculo de Leiria, submeteu a discussão a questão da bacia do rio Lis por motivo das devastadoras inundações que afectaram a região em Dezembro de 1989. Naquela ocasião, tinha sido discutido também o problema da poluição atmosférica e marítima causada pelas fábricas de celulose. Um pouco depois, algumas análises levadas a cabo pelo INIP por motivo da morte massiva de peixes no rio Lis durante 1992 demonstraram que a causa devia ser procurada nas descargas das indústrias de celulose localizadas em Leirosa, Figueira da Foz, no norte da foz do Lis. Detectou-se que os peixes morriam por “colmatação das guelras” originada pela concentração de fibras de celulose levadas rio adentro durante a maré alta¹⁵.

A complexidade apresentada habitualmente por estas “catástrofes ecológicas” na bacia, que são frequentemente o resultado de múltiplas causas e não apenas de “culpados” individuais, foi notória noutro caso ocorrido em Março de 1995. Uma das estações que captam a água para o abastecimento público da cidade de Leiria detectou níveis alarmantes de poluição na água extraída e teve que avisar com urgência a população para que tomasse medidas de precaução. A situação foi qualificada pelas autoridades locais de saúde como “grave atentado à qualidade de água de consumo na cidade de Leiria” que “alarmou técnicos e colocou em perigo a vida de milhares de consumidores, sobretudo crianças e idosos”. No fim, a investigação determinou que a origem da poluição tinha causas múltiplas: o lançamento de efluentes de duas explorações industriais na localidade de Soutocico, um aviário localizado em Arrabal e uma suinicultura de Abadia-Cortes. Mas, a responsabilidade não deve ser atribuída apenas a estes poluidores, já que segundo os responsáveis de saúde de Leiria o problema reside em que as autoridades, em especial o Ministério do Ambiente e os Serviços Municipalizados, mantiveram uma atitude tolerante perante as fontes de poluição apesar das denúncias que se foram fazendo durante vários anos¹⁶.

Como é possível deduzir da quantidade de indústrias potencialmente poluidoras existentes na bacia (quadro 1), este tipo de situação pode repetir-se com maior frequência do que é conhecido e o papel da indústria na poluição da bacia poderá ser ainda mais significativo do que aquele que é normalmente assumido. Neste âmbito, um estudo realizado por um grupo de espeleólogos, nas nascentes de vários

¹⁵ Veja-se: “Celuloses matam no Lis”, *Público*, 2 de Setembro de 1993.

¹⁶ Veja-se: “Identificados principais poluidores do Lis. Henrique Pinto acusa de inépcia Ministério do Ambiente e Serviços Municipalizados”, *Jornal de Leiria*, 29 de Junho de 1995; “Mais vigilância, menos poluição. Autoridade de saúde aponta ‘remédio’”, *Diário Regional de Leiria*, 28 de Junho de 1995.

rios da bacia em algumas áreas de escoamento críticas para os aquíferos da região, demonstrou a existência de um processo de poluição alargado que afecta os recursos hídricos a partir da própria fonte. Por um lado, os efluentes das suiniculturas localizadas em certas áreas, como a nascente de Rio Maior em Alcobertas, levaram os investigadores a constatar que “o porco [é] uma das principais fontes da poluição do maciço calcário”. Contudo, o estudo confirmou a multidimensionalidade do problema ao detectar que “a penetração de lixos e resíduos poluentes é generalizada à região”, daí que a responsabilidade principal recaia sobre as indústrias, como por exemplo em Minde/Mira de Aire.¹⁷

3.1.4. A agricultura

O projecto de reordenamento do território e de saneamento da bacia tem estado estreitamente vinculado à necessidade de prover um ambiente mais favorável à agricultura, o qual, como assinalámos anteriormente, foi um dos sectores mais afectados pela poluição dos recursos hídricos utilizados na irrigação. No entanto, este sector conta também com uma boa parte da responsabilidade pelo problema da poluição generalizada e, da mesma forma que os outros actores, encontra-se nos dois lados do conflito, jogando nalgumas alturas o papel de militante e noutras ocupando o banco dos réus por ter causado “desastres ecológicos”. Esse foi o caso, no início de 1995, de uma mortandade massiva de peixes no rio Negro, um dos efluentes do Lis, que levou a uma condenação generalizada do uso indiscriminado de pesticidas por parte das plantações de arroz da zona¹⁸.

Se bem que a poluição causada pela agricultura não se encontre normalmente nos títulos da imprensa, provavelmente porque não tem os efeitos espectaculares causados pelas descargas industriais e pecuárias na medida em que o seu efeito é mais retardado e difuso, a mesma não passou despercebida. Neste domínio, a organização ambientalista OIKOS organizou um seminário, em Abril de 1997, subordinado ao tema “Agricultura e Conservação da Natureza”, como parte de uma série de iniciativas destinadas à “sensibilização dos agentes rurais para a importância da utilização racional dos pesticidas e fertilizantes na preservação do ambiente” da

¹⁷ Veja-se: “Poluição nos maciços calcários cresce de ano para ano”, *Público*, 4 de Maio de 1995.

¹⁸ Veja-se: “A morte chegou ao Rio Negro”, *Jornal de Leiria*, 20 de Abril de 1995; “Agricultores suspeitam de contaminação química”, *Região de Leiria*, 21 de Abril de 1995.

região. O uso indiscriminado de fertilizantes e pesticidas é uma questão de preocupação crescente na área.

3.1.5. O papel das associações ambientalistas

O papel das associações ambientalistas na região foi particularmente destacado. São duas as organizações importantes: a Associação de Defesa do Ambiente e do Património da Região de Leiria – Oikos, criada em 1990, e a Associação Nacional de Conservação da Natureza – Quercus – que opera através do seu núcleo regional com sede em Ourém. As duas organizações tiveram um papel destacado ao exercerem pressão sobre as autoridades, ao mesmo tempo que colaboraram também estreitamente com estas na procura de uma solução para os problemas da bacia, em particular, na consciencialização quer da população, quer dos emissores de substâncias poluentes sobre a necessidade de modificar radicalmente as práticas.

A Oikos, por exemplo, realizou um estudo em finais de 1990 a partir do qual denunciou que as águas do rio Lis não eram adequadas para uso humano (rega, banho) devido ao elevado conteúdo bacteriológico das mesmas que, em algumas partes, atinge valores muito superiores ao que é permitido para a rega. A partir de 1994, a Oikos passou a integrar o Concelho da Bacia, criado em Fevereiro desse mesmo ano, e participou activamente na preparação do Plano da Bacia que constituiu uma primeira conquista no projecto de reorganização e limpeza da bacia (MA-IA-DRA Centro, 1999).

Por seu turno, a Quercus notabilizou-se, entre outras actividades, pelas campanhas realizadas no dia Mundial da Água celebradas anualmente, altura em que a organização vestia de “luto” os rios da região içando bandeiras negras em diversos pontos (especialmente nos rios Lis, Lena e ribeira de Seiça).

3.2. AS OSCILAÇÕES POLÍTICAS DO PROCESSO DE DESPOLUIÇÃO

Como dissemos anteriormente, a década de noventa esteve marcada por um conjunto de tentativas falhadas ou, pelo menos tardias, para despoluir a bacia. Em Fevereiro de 1992, o Ministro do Ambiente e dos Recursos Naturais, Carlos Borrego,

anunciou em Leiria a criação de um grupo de trabalho dirigido pela Comissão de Coordenação da Região Centro para acabar com as fontes contaminadoras da bacia do rio Lis. Todavia, os representantes do PS local denunciaram que o Ministro se limitou a fazer um anúncio formal, sem oferecer medidas concretas e sem sequer se reunir com os representantes das autoridades locais e outras instituições¹⁹.

Em Novembro de 1993, a Ministra do Ambiente e Recursos Naturais, Teresa Patrício Gouveia, anunciou um plano para a despoluição da bacia do rio Lis, estimado entre 12 a 15 milhões de contos, a ser realizado através de contratos entre o Ministério e a Associação de Municípios da Alta Estremadura (AMAE). A visita teve por objectivo apaziguar os ânimos na região, já que o Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) não tinha incluído o projecto de saneamento da bacia apesar das promessas feitas anteriormente. Entre outras actividades, a Ministra deslocou-se para colocar a pedra inaugural da construção de uma ETAR em Janardo, parte do programa de quarto ETAR'S que deviam ser construídas para o tratamento de efluentes da suinicultura em Leiria com financiamento da CE²⁰.

Em Fevereiro de 1994 a questão ambiental do distrito de Leiria foi discutida na Assembleia da República onde se constituiu o Concelho da Bacia do Rio Lis (Decreto-lei nº 45/94, artº 11). Simultaneamente, o Ministro do Ambiente e do Consumidor analisa com a Associação de Municípios da Alta Estremadura (AMAE) um projecto para a despoluição das Bacias Hidrográficas do rio Lis e Ribeira de Seixa que contaria com o financiamento do Fundo de Coesão (85%) e das autoridades locais (os restantes 15%). O projecto formalizou-se dois meses depois, quando o Secretário de Estado do Ambiente e do Consumidor, Poças Martins, subscreveu um Protocolo com representantes de treze Câmaras e Associações Regionais envolvidas no processo de despoluição, incluindo os representantes do sector industrial e dos suinicultores. O processo levado a cabo com a assinatura do protocolo em Abril de 1994 recebeu um forte apoio com a visita do Presidente Mário Soares que iniciou a “Presidência Aberta” com uma ida à confluência da ribeira dos Milagres com o rio Lis, um dos lugares mais afectados pela poluição.

Durante a assinatura do protocolo é anunciado que, além do financiamento dos Fundos de Coesão e dos Fundos Estatais e Municipais, o projecto poderia contar com contribuições dos próprios utilizadores e do investimento privado. Este último

¹⁹ *Jornal de Leiria*, 6 de Fevereiro de 1992.

²⁰ “Ministra do Ambiente apazigua Câmaras”, *Público*, 25 de Dezembro de 1993.

aspecto, porém, foi o motivo de uma intensa polémica entre o Governo e as Autarquias, sendo que a Associação Ambientalista Quercus enfileirou com os mais cépticos ao denunciar que “a despoluição é uma miragem apesar da criação do Concelho da Bacia e dos protocolos ensaiados entre autarquias e o Governo.”²¹”

Em Abril de 1995, o Concelho de Bacia reúne-se para tratar da preparação de um Plano de Bacia Hidrográfica do rio Lis, que deveria conter um diagnóstico da situação e um plano de despoluição. Finalmente, mais de dois anos depois, em Outubro de 1997, a DRA-Centro concede o contrato para a elaboração dos planos de várias bacias hidrográficas, incluindo a do rio Lis. Nesta sequência, no mês seguinte, o projecto de despoluição é submetido ao II Quadro Comunitário de Apoio no âmbito do Fundo de Coesão. O projecto recebe uma resposta informal negativa por parte da UE, segundo uma informação facultada em Fevereiro de 1998 pela Direcção Geral do Desenvolvimento Regional (DGDR) à AMAE. A principal razão da resposta negativa consistiu no facto de Portugal já ter utilizado a sua quota de projectos no âmbito do Fundo de Coesão, acrescentando-se que o caso do Lis não se encontrava entre as prioridades estabelecidas para o financiamento de projectos. Não obstante, a decisão final não seria tomada até vários meses mais tarde.

A nova demora imposta pela resposta negativa de financiamento comunitário, que ameaçou parar definitivamente o projecto, foi recebida com perplexidade pelas autoridades locais e demais instituições envolvidas. A partir de Março de 1998, o processo caracteriza-se por uma sucessão confusa de “avanços e recuos”, negativas e afirmações contraditórias relativamente ao avanço do projecto, no qual se passa de afirmações contundentes acerca do carácter prioritário do projecto e da necessidade de abandoná-lo, com a consequente indignação dos actores comprometidos no mesmo, até declarações públicas e repetidas por parte de Ministros do Governo acerca da absoluta garantia que o projecto será realizado. Esse foi o caso, em Março de 1998, da Ministra do Ambiente, Elisa Ferreira, quando informou que o projecto seria levado por diante em qualquer circunstância, na medida em que os Fundos Comunitários se poderiam obter no âmbito do IV Quadro Comunitário de Apoio. Segundo a argumentação da Ministra, esta circunstância apresentava-se como viável porque o processo tinha sido já iniciado e os fundos iniciais teriam sido atribuídos pelo

²¹ *Diário de Leiria*, 14 de Abril de 1994.

Programa Operacional do Ambiente (POA), informação que, com variações distintas, será repetida sistematicamente no decurso dos meses seguintes.

Por fim, em Junho de 1999, é apresentado o Plano da Bacia (PBH) e em Setembro anuncia-se o início do “Sistema Multimodal de Saneamento do Lis 2” que, num prazo de cinco anos, deverá levar a cabo a despoluição da bacia.

3.3. SÍNTESE DO PROJECTO A REALIZAR

Na avaliação do PBH, os principais problemas que afectam a bacia do Lis são o despejo de águas residuais de origem doméstica, industrial e agrícola sem tratamento adequado, a deterioração ou mal funcionamento das estações de tratamento existentes, a atitude permissiva das autoridades e a falta de legislação adequada, bem como a sobreexploração dos recursos da bacia para além das suas condições de sustentabilidade. Segundo este documento, como resultado desses factores considera-se que a qualidade das águas, quer superficiais quer subterrâneas, apresenta riscos para a saúde pública e para o ambiente, especialmente em relação ao uso da água para consumo humano, rega e turismo de praia (banhos). Uma manifestação extrema deste risco é a mortandade de peixes recorrente que se regista nos rios e no estuário da bacia. Por seu turno, o despejo dos efluentes nas condições actuais, o mesmo é dizer sem tratamento, constitui uma violação das leis vigentes nacionais e europeias. Em consequência, e a partir dos estudos realizados, chega-se à conclusão que o plano de recuperação da bacia do rio Lis deveria executar-se seguindo três eixos prioritários de acção.

Um primeiro eixo diz respeito à despoluição e manutenção da bacia. Neste sentido, é necessário realizar um investimento de grande envergadura para proceder à despoluição da bacia. Este foi o resultado do Estudo Integrado de Despoluição do rio Lis e Ribeira de Seixa, que propõe a integração de uma rede de receptores com uma extensão de 280 km, incluindo catorze ETAR’S municipais. Além disso, planeia-se continuar com a construção de ETAR’S para tratar especificamente os efluentes provenientes das explorações de suinicultura. O sistema integrado de estações de tratamento para a suinicultura e os efluentes municipais foram calculados para servir uma população equivalente a 1.5 milhões de pessoas, o que reflecte o impacto da população de suínos na região. Uma questão crucial consiste no facto de a recomendação do PBH enfatizar a necessidade de aplicar um tratamento terciário aos

efluentes, uma vez que é a única forma para assegurar a depuração necessária dos mesmos de acordo com os objectivos fixados.

Estes objectivos são:

- A remoção de aproximadamente 98% de CBO5
- A realização do tratamento terciário em todas as ETAR'S
- A utilização de processos de nitrificação e desnitrificação para a “remoção do azoto”
- A prevenção total de descargas de materiais pesados na bacia, em particular em certas localidades como Carreira, onde convergem os efluentes industriais da Marinha Grande e de numerosas explorações de suinicultura que deram lugar a elevadas concentrações de cobre, ferro e magnésio
- A adopção de sistemas que operem em tempo real e permitam a adaptação das operações de tratamento às circunstâncias variáveis do fluxo de efluentes e dos sistemas hidrológicos, que permitirá reduzir substancialmente os custos operativos

Um segundo eixo prioritário reporta ao desenvolvimento de novas fontes de água para consumo humano que permitam assegurar a regularidade e a qualidade do abastecimento às populações.

O terceiro eixo prioritário aponta para a protecção das áreas ecologicamente sensíveis, como o Maciço Calcário Estremenho, o que contém uma importante diversidade biológica incluindo espécies raras que requerem esforços de conservação e constituem o maior reservatório de água do país.

4. CONCLUSÕES

É evidente que a complexidade e a escala do projecto de despoluição da bacia do rio Lis colocam sérias interrogações sobre as possibilidades reais em alcançar os objectivos fixados a curto e médio prazos. A resposta a estas interrogações torna-se ainda mais incerta quando são considerados os antecedentes – cuja síntese foi apresentada nas páginas anteriores – já que as contradições existentes entre as diferentes forças sociais e políticas envolvidas continuam a ser um factor a ter em consideração, apesar do consenso geral e abstracto sobre a necessidade de despoluir e

proteger os recursos da região. Estas contradições afloram de modo contínuo à medida que os actores individuais são confrontados com a necessidade de actuar no seu próprio espaço de responsabilidade.

O facto de a legislação ambiental continuar uma tendência crescente em direcção a maiores formas de controlo no espaço europeu permite augurar que as contradições no interior dos países e das regiões experimentarão muito provavelmente uma agudização a curto e médio prazos. Para além das directivas já existentes, muitas das quais continuam a ser violadas em Portugal²² – e certamente na bacia do Lis –, a nova directiva 4, que está prestes a ser aprovada, trará consigo novas restrições e exigências de acção resolutive por parte dos governos comunitários. Em particular, a directiva introduzirá, pela primeira vez, uma concepção holística do conceito de bacia que vai mais além da integração das águas subterrâneas, superficiais e áreas de escoamento, para englobar também as águas de transição costeiras, o espaço marítimo que faz parte do sistema fluvial numa interacção muito complexa.

As consequências da nova directiva para as estratégias da política ambiental europeia não podem ainda dimensionar-se inteiramente, embora se reconheça que terão seguramente um grande alcance. Nesta sequência, a política de despoluição e conservação de bacias deverá incorporar a área marítima afectada pelas descargas dos rios e correntes envolvidas, o que implicará não apenas um grande desafio tecnológico e financeiro mas também um maior nível de monitorização da orientação do ciclo global da água ao nível das próprias bacias. As consequências que a nova legislação terá para a bacia do rio Lis são claramente substantivas e de facto considera-se que esta poderia constituir um caso exemplar no país²³.

Todavia, outras experiências históricas indicam-nos que existem razões para manter um cepticismo saudável e crítico, com vista aos enormes desafios colocados. Quando se considera um caso clássico, por exemplo, o que ocorreu com a limpeza do rio Tamisa em Inglaterra, pode antever-se a enorme complexidade, já não apenas quanto à viabilidade tecnológica dos programas, mas também – e em especial – às condições sociais e políticas da sua realização. As lutas sociais e políticas em redor da limpeza do Tamisa começaram nas primeiras décadas do século XIX e, apesar dos enormes esforços realizados durante mais de 150 anos, não foi possível levar a cabo

²² Veja-se, por exemplo, “Atentados ao Ambiente. Europa levanta 12 processos contra Portugal”, *Expresso*, 24 de Julho de 1999.

²³ Entrevista com Dr. Baptista Coelho.

uma política mínima de despoluição e controlo relativamente eficaz até à década de 70 deste século. Hoje, o Tamisa é um rio renovado, pese embora o facto de continuarem a existir casos de “crimes ambientais” que as autoridades, apesar da muito sofisticada institucionalidade britânica, não conseguem controlar completamente.

As ilações que se podem tirar deste notável caso histórico são muitas, mas queremos apenas destacar aqui uma das suas características mais relevantes. A execução de um programa efectivo de despoluição e monitoragem só foi possível graças à acção coordenada das instâncias estatais, em particular à escala municipal e regional, a partir de uma decisão política exercida com grande determinação, ainda que não ausente de contradições.

De certo modo, é possível dizer que as condições para a execução com êxito do programa de despoluição da bacia do Lis também dependerão em grande medida da capacidade de instalar um grau mínimo de coerência institucional, especialmente à escala municipal e regional. A criação do Conselho de Bacia em 1994, constituiu, sem dúvida, um enorme passo nessa direcção, mas não será suficiente para sustentar um programa que requer tanto da acção concertada das autoridades como da participação autónoma dos sectores sociais mais comprometidos com o processo.

5. CRONOLOGIA

1982	“(…) já um trabalho de Tomás Taveira identificava ‘algumas actividades poluidoras da Bacia Hidrográfica do Rio Lis’ (..) um grupo de professores da Universidade de Coimbra actualizava e completava aquele trabalho, num estudo de ‘Organização do Espaço e dos Problemas do Ambiente’ da Bacia do Lis” (D.L., 14.04.94).
1988	“Na publicação ‘Ambiente 97’, da responsabilidade da Secretaria de Estado do Ambiente e Recursos Naturais, é divulgado um estudo, realizado entre 1978/79 e 1984/85, que classifica as águas do Rio Lis como ‘de muito má qualidade, principalmente no período de estiagem’” (D.L., 14.04.94).
Mai.88	“A Câmara Municipal de Leiria promoveu um simpósio dedicado aos problemas do Rio Lis” (D.L., 14.04.94).
21.Abr.89	“(…) o secretário de Estado da Agricultura, Álvaro Amaro, chegou a reunir-se com a Comissão Administrativa da Associação [de Regantes e Beneficiários do Vale do Lis] para analisar os projectos de reabilitação que, posteriormente conduziu à assinatura de um protocolo onde eram definidos os objectivos da intervenção no Vale do Lis, as competências na sua gestão, bem como o próprio calendário de intervenção”. (...) Mas os projectos mal saíram do papel, tanto mais que a DGHEA passou a condicionar a implementação da reabilitação e reestruturação da obra hidroagrícola ao processo de emparcelamento em curso, mas que está a passar por algumas dificuldades, com alguns dos proprietários dos terrenos a levantarem, pelo menos, algumas resistências” (Região de Leiria, 15.10.94).
Dez.89	Grandes cheias no Rio Lis.
Jan.90	Novas chuvadas que provocaram prejuízos em culturas, campos, valas, habitações e sistemas de rega.
Jan.90	Vistoria ao Matadouro Municipal – Mapicentro - em resultado de uma denúncia de descargas de efluentes poluentes no Lena.
Fev.90	Reunião na Câmara Municipal de Leiria para debater os problemas relacionados com o Vale do Lis, nomeadamente a reparação do sistema de irrigação e os danos provocados pelas cheias.
Fev.90	Criação da Oikos Leiria.
Fev.90	Trabalhos de limpeza do rio a decorrer sob a responsabilidade da Hidráulica do Mondego.
05.Fev.90	Vistoria ao Mapicentro – antigo Matadouro Municipal de Leiria – feita pela Hidráulica do Mondego em Leiria, pela Administração Regional de Saúde de Leiria e pela Direcção Regional da Alimentação da Beira Litoral, que detectaram irregularidades nas condições sanitárias do local, nomeadamente com os seus efluentes derramados directamente para o Lena. Detectou-se, ainda, a não utilização da ETAR do matadouro.
21.Fev.90	Limpeza das linhas de água do concelho de Porto de Mós, pelas máquinas da Câmara Municipal.
12.Mar.90	A Assembleia da República analisa a limpeza do Lis. O deputado Rui Vieira refere que: “a ocorrência de inundações deve-se ao estado de grande degradação do leito do rio, obstruído por densa vegetação e completamente assoreada em vasta extensão” pelo que “é necessário limpar urgentemente o leito do Lis para evitar a repetição de inundações e evitar mais prejuízos aos agricultores”.
18.Mar.90	Reunião com todos os proprietários de terrenos confinantes com o curso do rio, a fim de os sensibilizarem para a limpeza das linhas de água.
05.Jun.90	Dia Mundial do Ambiente, comemorado pela Oikos com a exploração dos cerca de 30 km que

	separam a nascente da foz do rio Lis. Esta acção mobilizou algumas dezenas de pessoas que, desta forma, puderam observar de perto os problemas e as potencialidades deste rio. Colaboraram nesta iniciativa alunos e professores das Escolas Secundárias Francisco Rodrigues Lobo de Leiria, Afonso Lopes Vieira da Gândara e as de Vieira de Leiria e Porto de Mós. Colaboraram, ainda, os Centros de Saúde de Leiria e Marinha Grande, a PSP de Leiria, o Regimento de Artilharia de Leiria – 4, a Base Aérea de Monte Real e as Câmaras Municipais de Leiria e Porto de Mós.
23.Nov.90.	Devido aos maus cheiros e à acumulação de moscas e mosquitos em abundância, potencialmente prejudiciais para a saúde pública, a empresa Vicar é alvo de uma queixa apresentada à associação ambientalista Oikos. Esta empresa, que se encontra em situação irregular, é propriedade do presidente da Junta de Freguesia de Caixarias.
15.Dez.90	Conferência de Imprensa da Associação Oikos, onde são divulgados os resultados da análise das águas recolhidas no mês de Junho. Neste evento refere-se que as águas do rio se encontram impróprias para qualquer utilização, excepção feita à sua nascente, denunciando o facto de se fazer deste rio o esgoto da região.
30.Dez.90.	O Jornal <i>Público</i> refere que a contaminação das águas do rio Lis coloca em perigo a saúde pública, sobretudo no Verão, altura em que aumenta o consumo de produtos vegetais frescos regados com as águas poluídas resultantes das descargas das suiniculturas da região. O mesmo jornal revela ainda que o matadouro de Leiria “continua a despejar sangue de reses no Lis, apesar de já ter reunido condições para fazer a ligação à ETAR”.
Jan.91	A Oikos faz um comunicado à imprensa onde revela os resultados das análises da água do rio, feitas no anterior mês de Junho. No mesmo comunicado, apresentou ainda as grandes linhas de acção previstas para o ano de 91. Uma vez mais, a água revela-se imprópria para consumo e quaisquer utilizações ao longo do todo o curso, com excepção da nascente. Atenta-se para a diminuição da capacidade de auto-depuração do rio.
31.Jan.91	Visita do Ministro do Ambiente Carlos Borrego a Leiria, onde anuncia a criação de um grupo de trabalho dirigido pela Comissão de Coordenação da Região Centro para efectuar um levantamento das fontes poluentes da Bacia do rio Lis. Este grupo de trabalho encontra-se inserido no “Plano Integrado de Despoluição da Bacia do Rio Lis”. O Ministro chamou a atenção das Associações Ambientalistas para o seu importante papel na promoção de acções de formação e denúncia destes problemas ambientais. O Ministro manifestou alguma estranheza quanto aos resultados das análises de águas, empreendidos por esta associação, já que as mesmas análises, feitas pelo seu ministério, duas vezes por mês, apresentam resultados não coincidentes com os revelados por esta Associação.
05.Jun.91	Comemoração do Dia Mundial do Ambiente com uma visita ao rio Lena e à ribeira do Sirol, chamando, uma vez mais, a atenção para o problema da poluição do rio Lis, fazendo-se, tal como no ano anterior, por iniciativa da Oikos, uma recolha e análise das águas e a exploração de um troço das referidas linhas fluviais. Esta iniciativa contou com a participação das Câmaras Municipais de Leiria, Porto de Mós, Batalha e Marinha Grande, com as respectivas delegações de Saúde e com as Escolas Secundárias destes concelhos. Divulgação do Relatório da Oikos sobre as Observações das Condições Ecológicas na Bacia do Lis, realizado aquando da comemoração do Dia Mundial do Ambiente e que tem por objectivo alertar os agentes envolvidos para os problemas de poluição existentes nesta bacia hidrográfica. Segundo este relatório, “a água do rio Lis, só na nascente não é imprópria para consumo”. Estas análises indicam ainda que esta água se encontra imprópria para rega ou para actividades de lazer. Este estudo apresenta ainda como principais agentes poluidores, “desde os esgotos domésticos, até aos lixos e aos derivados de explorações agro-pecuárias e industriais, passando pelo Matadouro de Leiria”. Foi ainda feita nova visita de estudo e procedeu-se à recolha de amostras de água em alguns locais (oito) ao longo do curso do rio Lis, do Lena e da Ribeira do Sirol, iniciativa que contou com a presença dos alunos das escolas da região e com o envolvimento das Delegações de Saúde: Centro de Saúde Arnaldo Sampaio. As amostras recolhidas foram analisadas na Delegação de Saúde de Leiria, do ponto de vista bacteriológico. No entanto, as análises do ponto de vista químico, a realizar pelo Instituto Ricardo Jorge em Lisboa, não foram efectuadas devido à falta de verbas (200 contos) para o efeito (segundo o jornal Região de Leiria de 07.06.91). Para além da recolha de amostras da água, os alunos responderam a questionários elaborados pelos professores de Biologia e Ecologia.
Jul.91	Henrique Pinto, Delegado de Saúde do Concelho de Leiria, dirige um ofício ao “Delegado dos Serviços da Hidráulica do Mondego”, onde solicita “que se proceda a uma levantamento exaustivo e rigoroso das situações possíveis de contaminação dos ribeiros das Fontes do Lis,

	incluindo as eventuais ligações clandestinas (Diário Regional de Leiria, 28.06.95).
25.Fev.92	População da Golpilheira junta-se e protesta contra uma destilaria da região: Destilaria Pedro Meneses, devido ao facto de esta não possuir ETAR. A Autoridade Sanitária do Distrito de Leiria efectuou uma “visita surpresa” a este local que, para além de possuir fossa a céu aberto, não apresenta condições sanitárias próprias para se encontrar em funcionamento.
25.Abr.92	Prova náutica – Lisverde – em que canoas e kayaks descem o rio Lis, partindo de Leiria em direcção à foz, promovida pelo Núcleo de Espeleologia de Leiria e que tem como objectivo a divulgação desta modalidade desportiva e o lançamento de um alerta para os problemas de poluição do rio. Esta iniciativa estava prevista para o mês de Março, mas a falta de caudal no rio obrigou ao seu adiamento.
28.Abr.92	Comunicado da Oikos onde manifesta repúdio pelo que denomina de “desastre ecológico”, ocorrido no início da semana anterior, que teve origem na abertura de um açude na zona de Monte Real. A associação chamou, ainda, a atenção para o problema das suiniculturas e para o facto de, só agora, entrar em funcionamento a ETAR de Leiria.
04.Jun.92.	Associação Ambientalista Oikos, considera o Lis como um dos rios mais poluídos do país atendendo ao elevado número de atentados ambientais de que tem sido vítima, desde descargas provenientes das suiniculturas, descargas de borras de vinho, oriundas de destilarias, etc.
29.Set.92	Após a publicação recente de um edital camarário que visa regulamentar a legalização das pequenas suiniculturas do concelho de Leiria, a Associação de Suinicultores do Conselho de Leiria mostra-se disponível para apoiar os suinicultores que não obtiverem licenciamento das suas explorações, de forma a permitir-lhes a reinstalação destas estruturas. Esta Associação prevê ainda o apoio na construção de quatro ETARS destinadas a esta actividade.
Out.92	“(…) é anunciada por Marcos Ré, Director Regional do Ambiente do Centro, a realização de um estudo aprofundado dos problemas existentes na Bacia do Lis”. (D.L., 14.04.94)
01.Out.92	Quercus empenha bandeiras negras nos rios Lis, Alviela, Nabão, Almonda, Lena e Ribeira de Seiça, em sinal de luto como forma de protesto contra a sua poluição, no dia em que se assinala o Dia Mundial da Água.
22.Out.92	As obras de ampliação do matadouro da zona da Ponte das Mestras – Mapicentro: Sociedades de Abate Comercialização e Transformação de Carnes e Subprodutos levaram à contestação de um particular – Joaquim Oliveira, agricultor com terrenos na zona, já que, segundo ele, estas obras foram licenciadas por um organismo que não teria competência para o fazer: a Zona Agrária de Leiria. Segundo o queixoso, o parecer deveria ter sido concedido pelo CNROA (Centro Nacional de Reconhecimento e Ordenamento Agrário de Leiria), no entanto, a Câmara considerou este parecer válido, e o argumento apresentado pela Zona Agrária de Leiria para o seu aval positivo foi o de o local em questão se situar “em logradouro das instalações do matadouro ali existente e para a ampliação do mesmo, localizado em zona delimitada e de há muito desactivada de qualquer aproveitamento agrícola”. O advogado de Joaquim Oliveira, Paulo Faria, será o responsável pela formalização de uma petição, a enviar ao Parlamento Europeu, sobre este caso ainda que admita que quem, “em última análise, emite parecer sobre os projectos, que define onde se deve o não construir, e quais as autoridades a quem pedir parecer” é a autarquia (Público, 22.10.92).
18.Dez.92	A Oikos apresentou, em conferência de imprensa, o seu Plano de Actividades para o próximo ano, de onde se destaca a situação existente na Bacia Hidrográfica do Lis. O presidente desta associação, Alfredo Ferreira, afirma estar a “fazer diligências junto da Presidência da República, Governo Civil e Câmaras Municipais da zona para que os Vales do Lis e do Lena sejam contemplados na Presidência Aberta pela Temática sobre Ecologia” (Jornal de Leiria, 23.12.92).
Abr.93	Cavaco Silva desloca-se à região, com o intuito de se inteirar da situação, e promete uma intervenção com vista a combater os principais focos de poluição que afectam o litoral da Região Centro. No dia anterior a esta visita deu-se uma forte descarga no rio Lis, no entanto, no local escolhido para Cavaco visitar o rio não se encontravam vestígio de poluição.
Jul.94	“(…) a AMAE volta a mostrar o seu descontentamento ao Ministério do Ambiente e marcou um encontro urgente com a Ministra para saber afinal em que estado estava a situação do estudo da bacia hidrográfica do Rio Lis e Ribeira de Seiça” (Jornal de Leiria, 27.04.94).
24 e 25. Ago.93	Devido à poluição na zona balnear da praia de Pedrógão a Câmara Municipal de Leiria viu-se obrigada a retirar-lhe a bandeira azul. As fábricas de celulose da zona de Leirosa são apontadas como principais causadoras desta situação e da morte dos peixes. (Público, 02.09.03).
Out.93	Segundo uma operação de sensibilização conjunta, levada a cabo pelos órgãos de comunicação: Expresso e SIC e pela DECO e Quercus, a água dos oito sistemas de abastecimento público do

	concelho de Leiria encontra-se imprópria para consumo. (O Mensageiro, 17.02.94).
Nov.93	Manuel Sérgio, deputado do PSN (Partido de Solidariedade Nacional) à Assembleia da República, apresentou um requerimento ao Ministério do Ambiente com o intuito de obter informações relativas aos “esforços que estão a ser feitos ou que venham de imediato a ser feitos no sentido de disciplinar a actividade industrial” na zona da Bacia Hidrográfica do Rio Lis. (Jornal de Leiria., ??11.93)
11.Nov.93	“(…) o secretário de Estado veio assinar o contrato do Estudo para a definição da solução base de despoluição destas bacias hidrográficas” (Jornal de Leiria, 27.04.94).
26.Nov.93	Visita da Ministra do Ambiente e dos Recursos Naturais, Teresa Patrício Gouveia, a Leiria onde garantiu existirem “disponibilidades financeiras por parte do Governo, para levar a efeito a despoluição da Bacia Hidrográfica do rio Lis”. Quando confrontada com o descontentamento dos autarcas pelo facto do PDR – Plano de Desenvolvimento Regional – não contemplar este projecto de despoluição, a ministra fez questão de referir que “O PDR enuncia uma série de projectos, mas não é exaustivo. Eu que, há alguns meses acompanhei a visita realizada a esta região pelo Primeiro-Ministro, e que fui testemunha dos seus compromissos, renovo-os e garanto que a despoluição da Bacia Hidrográfica do Lis será feita ao abrigo de contratos-programa a assinar em breve com as autarquias”(AMAE) (Jornal de Leiria, 29.11.93). A Ministra fez questão de destacar o empenho do presidente da Câmara de Leiria e da AMAE, Lemos Proença, nos frequentes contactos com o Governo, na tentativa de resolução desta questão (Público, 29.12.93). Por sua vez, Lemos Proença adiantou que este processo de despoluição irá custar entre 12 e 15 milhões de contos e irá obrigar à criação de cerca de 30 ETAR's (Jornal de Leiria, 29.11.93). A visita da Ministra teve como intuito a colocação da primeira pedra da ETAR do Janardo, a primeira de um conjunto de quatro a construir pela Associação de Suinicultores do Concelho de Leiria. A Ministra inaugurou ainda a ETAR de Leiria, a funcionar já há cerca de meio ano (Jornal de Leiria, 29.11.93).
Fev.94	A Autoridade de Saúde de Leiria, Delegado Henrique Pinto, afirma à imprensa regional (Jornal de Leiria, 10.02.94; Região de Leira, 11.02.94; O Mensageiro, 17.02.94), que, ao contrário das notícias divulgadas pelos órgãos de comunicação social Expresso e SIC e pelas associações DECO e Quercus, a água da rede pública não apresenta perigo para a saúde pública dos utentes da região de Leiria. Estas afirmações surgem em resultado de um estudo efectuado por esta autoridade que teve por base a análise da água dos oito sistemas de abastecimento público do conselho, no âmbito da Vigilância Sanitária, tendo realizado mais de duas centenas de exames com uma periodicidade superior à requerida por lei e com base em 32 parâmetros (O Mensageiro, 17.02.94).
17.Fev.94	Questões relacionadas com o ambiente no distrito de Leiria foram objecto de debate na Assembleia da República. Numa reunião entre o Ministério do Ambiente e do Consumidor, a AMAE e a Associação de Municípios da Alta Estremadura analisou-se, em Lisboa, o projecto, com vista à despoluição da bacia hidrográfica do Lis e da Ribeira de Seça. Segundo este projecto, previa-se que a despoluição fosse financiada em 85% pela União Europeia e os restantes 15% seriam da responsabilidade da AMAE e da ASL. Este projecto terá um prazo de execução de cinco anos.
22.Fev.94.	Cria-se o Concelho de Bacia pelo decreto-lei 45/94, artigo 11.
Mar.94	Seminário sobre Ambiente e Desenvolvimento, promovido pela Oikos, onde, entre outras questões tais como o atraso nos PDM dos 16 concelhos do distrito de Leiria e a necessidade da existência de estudos de impacte ambiental, se debateu o plano de despoluição da bacia hidrográfica do rio Lis e da Ribeira de Seça. “Este encontro ficou marcado por uma ausência significativa de público” (Região de Leiria, 31.03.94).
10.Mar.94	O Jornal Portomorense publica a Deliberação da Câmara Municipal de Porto de Mós, “na sequência de todos os estudos desenvolvidos pela Associação de Municípios da Alta Estremadura, e contactos com a Administração Central, depois dos esclarecimentos prestados pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal”. A versão apresentada é um “condensado da ata da reunião da Câmara” durante a qual ficaram deliberadas as seguintes decisões: “1º - Candidatar-se às verbas do Fundo de Coesão, por intermédio da Associação de Municípios da Alta Estremadura, assumindo o compromisso de financiar na percentagem que vier a ser definida com o Ministério do Ambiente (15%), os encargos resultantes da construção dos emissários e ETARs que o sistema vier a exigir; 2º - A Câmara compromete-se a candidatar, ao programa operacional do Centro, no programa das obras inter-municipais, as redes que sejam indispensáveis para o bom funcionamento do sistema integrado;

	<p>3º - A Câmara Municipal compromete-se a assumir a sua quota parte nos custos derivados da manutenção e exploração dos sistemas a implementar.” Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.(O Portomaiorense, 10.03.94)</p>
25.Mar.94	<p>Primeiro encontro do Conselho de Bacia, onde o INAG apresentou um estudo sobre a qualidade da água no concelho. Segundo este estudo, a qualidade da água não foi considerada “aceitável para os usos a que está diariamente sujeita”. Foram apresentadas, no referido estudo, como principais causas da poluição do rio Lis, “as cargas poluentes originadas na actividade pecuária, com especial incidência nas suiniculturas quem, de um modo geral, operam sem qualquer tratamento dos seus afluentes”. A deficiente “cobertura da bacia no que diz respeito a infra-estruturas de saneamento básico, situação agravada pela dispersão de numerosos aglomerados populacionais de pequena dimensão, que nem sequer dispõem de rede de drenagem”, as “práticas agrícolas inadequadas” e ainda as descargas provenientes de outras fontes poluidoras “designadamente das indústrias transformadoras e extractivas”. (Região de Leiria, 31.03.94)</p> <p>Este encontro contou com a presença do secretário de Estado do Ambiente e do Consumidor, Joaquim Poças Martins. Na manhã deste dia, assinou o protocolo de constituição do Conselho de Bacia do Lis (órgão consultivo em termos de gestão do rio) e, nessa tarde, assinou um outro protocolo, com a AMAE e as associações industrial e de suinicultores da região, por forma a garantir que o programa de despoluição decorra durante o próximo quadro comunitário de apoio.</p> <p>Tratou-se do terceiro encontro do Conselho de Bacia efectuado a nível nacional e o primeiro na região Centro.</p> <p>“O secretário de Estado prometeu para 1999 um cenário completamente diferente para o rio Lis em termos de poluição, adiantando que, se no final do próximo Quadro Comunitário de Apoio muito irá ficar resolvido, existem intervenções que apenas serão desenvolvidas nos anos seguintes” (Região de Leiria, ??,??,??, Carlos Camponez).</p> <p>Joaquim Poças Martins adiantou números recentes de um estudo efectuado, já este mês, pelo Ministério do Ambiente e Recursos Naturais: Direcção de Serviços de Recursos Hídricos, apontando para a existência na bacia hidrográfica do Lis de cerca de 200 mil pessoas e 300 mil porcos, equivalendo, em termos de descargas poluentes, a uma densidade populacional de cerca de um milhão de habitantes (Jornal de Leiria, 31.03.94).</p>
05.Abr.94	<p>Assinatura do primeiro Protocolo para a despoluição da Bacia Hidrográfica do Rio Lis e da Ribeira de Seixa, assinado no Governo Civil de Leiria, onde estiveram presentes representantes de 13 entidades envolvidas neste processo. Este evento contou com a presença do secretário de Estado do Ambiente e do Consumidor, Joaquim Poças Martins, e representantes do Instituto da Água, Direcção Geral e Regional do Ambiente, Câmaras Municipais da Batalha, Leiria, Marinha Grande, Ourém e Porto de Mós, Associações de Suinicultores da Batalha, Leiria e Porto de Mós, Associação Comercial e Industrial de Leiria e Núcleo Empresarial da Região de Leiria.</p> <p>No referido protocolo, estas entidades comprometem-se “de acordo com as suas competências específicas” a tomar as “medidas necessárias (...) conducentes à recuperação ambiental e prevenção da poluição “ nos cursos de água da região. Para além disso, e “dada a complexidade e amplitude do sistema, será contratada uma empresa especializada em gestão de projectos”, que terá a responsabilidade da “coordenação técnica e financeira das várias acções a desenvolver. Os trabalhos dessa empresa serão “fiscalizados” por uma Comissão de Acompanhamento, “constituída pelos signatários do presente protocolo”. (Leiria, 06.04.94).</p> <p>“Raul Castro, presidente da Câmara Municipal da Batalha, apelou ao secretário de Estado do Ambiente, Poças Martins, para que o Governo partilhe as obras de construção das redes de saneamento básico, previstas no programa de despoluição das bacias hidrográficas do rio Lis e da Ribeira de Seixa” (Jornal de Leiria, 07.04.94). Este pedido teve lugar no Governo Civil de Leiria, durante a assinatura do protocolo de despoluição das bacias do Lis e da Ribeira de Seixa e, segundo a mesma fonte, este será analisado pelo Ministério do Ambiente “no próximo Verão, logo após a inventariação de todos os custos previstos no estudo de despoluição da bacia” (Jornal de Leiria, 07.04.94).</p>
11.Abr.94	<p>2ª Reunião do Concelho de Bacia – Debate do estudo para definição do processo de despoluição do rio Lis.</p> <p>Descargas poluentes provocam a morte de toneladas de peixes, nas vésperas da visita de Soares à região. Presume-se que estas descargas tenham sido feitas durante o fim de semana. Ainda que se levantem algumas hipóteses sobre os autores deste crime, não existem quaisquer certezas quanto à sua exacta identificação. Os peixes mortos concentraram-se sobretudo na Praia da Vieira, onde desagua o rio Lis.</p>

	Os pescadores da zona mostraram-se profundamente revoltados com a situação e com a frequência das descargas que provocam este tipo de situações. Também as associações ambientalistas manifestaram o seu repúdio perante esta situação, em que se prevê que tenham morrido perto de uma tonelada de peixe e acusam os serviços responsáveis pela fiscalização, sanção destes acontecimentos e apuramento de responsabilidades (MARN - Ministério do Ambiente e Recursos Naturais) de não actuarem de forma eficaz, de forma a coagirem os autores destas descargas a não repetirem este tipo de acções criminosas (Jornal de Leiria).
12.Abr.94.	Oikos elabora comentário à actual situação da Bacia Hidrográfica do Lis, baseando-se na avaliação da qualidade da água. A partir desta avaliação pode-se concluir que a contaminação da Bacia Hidrográfica começa a montante e quando chega à nascente já vai poluída. A Oikos chama ainda a atenção para a existência de uma deficiente rede de infra-estruturas de saneamento básico.
16.Abr.94	Parecer da Quercus-Ourém sobre a poluição da bacia do Lis resultante das descargas directas das suiniculturas. Visita de Mário Soares e da Ministra do Ambiente a Leiria. Esta visita constituiu o primeiro ponto da agenda da Presidência Aberta de Mário Soares e teve como objectivo debater a questão da poluição da bacia hidrográfica do Lis e das descargas directas das suiniculturas para o rio. Para tal, Soares deslocou-se à confluência entre a Ribeira dos Milagres e o rio Lis. “Em Abril, milhares de peixes voltaram a dar à costa mortos na Praia da Vieira. Mesmo na véspera da vinda a Leiria de Mário Soares, em plena Presidência Aberta. Mas a desilusão total da população aconteceu quando o presidente da República, na Ribeira dos Milagres, foi desviado do ‘pecado’ dos suinicultores e apenas viu água quase límpida e cristalina. Carcaças putrefactas, espuma acastanhada, detritos de porcos, tudo foi escondido, num hábil desvio de 200 metros” (Jornal de Leiria, 27.04.94). O local escolhido para a visita de Mário Soares foi o mesmo que Cavaco Silva tinha visitado, neste troço e tal como anteriormente, o rio encontrava-se límpido: “Da Câmara Municipal de Leiria informaram que Mário Soares foi levado aquele local porque se pretendia que ele estivesse ‘no mesmo local onde esteve Cavaco Silva’. Azar dos azares para Leiria, uma vez mais a miséria ambiental ficou escondida.” (Jornal de Leiria, 21.04.94) Descarga poluente no Lis acontece cinco dias antes da visita de Mário Soares à Ribeira dos Milagres, no âmbito da Presidência Aberta. No entanto, tal como é relatado pelo Jornal Região de Leiria (p.5), como que por milagre, aquando da visita oficial do Presidente, a Ribeira não apresentava qualquer vestígio de poluição, tal como testemunhado pelos populares. Ainda assim, poucas horas depois da passagem do Presidente da República por aquele local a Ribeira foi de novo “alvo de uma forte descarga com origem nas suiniculturas” (Região de Leiria, 22.04.94).
18.Abr.94	“(…) Os suinicultores da Batalha e da Associação de Agricultores da Serra e Norte da Estremadura mostraram, durante uma manifestação na ‘Vila Histórica’, a sua vontade de construir Estações de Tratamento para ultrapassar este problema, salientando que a sua actividade é importante factor da economia da região e que isso também deve ser tido em conta pelos responsáveis. Por outro lado, sentem-se, de alguma forma, como o ‘bode expiatório’ de toda esta situação, pois consideram que as indústrias poluem muito mais e não deixam de ter alguma razão, tanto mais que já uma vez foram culpados de uma mortandade no Lis, que depois se apurou ter sido causada pelos detritos das celulosas de Lavos e Leirosa, que são arrastados pelas correntes marítimas até à praia de Vieira de Leiria” (O Crime, 22.04.94).
20.Abr.94	“Teresa Patrício Gouveia, Ministra do Ambiente, deslocou-se (...) a Leiria para inaugurar a ETAR da Bidoeira. Um investimento superior a 380 mil contos, da responsabilidade da Associação de Suinicultores deste concelho” (Jornal de Leiria, 27.04.94).
Jun.94	“A Autoridade de Saúde de Leiria apresentou (...) um documento ao Ministério [da Saúde] tentando explicar a radicalização no concelho que o problema da legalização de milhares de suiniculturas da região atingiu nos últimos anos. O documento responsabiliza explicitamente a Autoridade Distrital de Saúde, a Administração Regional de Saúde (ARS), a Direcção-Geral de Pecuária e Câmara Municipal de Leira pela situação (...). O documento (...) foi apresentado ao Ministério da Saúde que está a preparar um estudo sobre a conduta a tomar pelas autoridades sanitárias locais no que se refere aos critérios de licenciamento de milhares de suiniculturas ilegais existentes no concelho e no resto do país” (Região de Leiria, 29.07.94).
Nov.94	A Empresa Hidrovia – Projectos de Engenharia Civil, Lda. ganhou o concurso público de elaboração do estudo para a despoluição da Bacia do Lis e da Ribeira de Seiça, tendo assinado

	<p>nesse mesmo mês um contrato com o Governo para elaboração do referido projecto (Mensageiro, 24.11.94).</p> <p>“O Secretário de Estado do Ambiente e Consumidor, Poças Martins, presidiu, sexta-feira passada, em Leiria, à assinatura do contrato do ‘Estudo para a definição da solução base de despoluição das bacias do rio Lis e da Ribeira de Seça. Segundo Poças Martins, o estudo, da responsabilidade da Hidrovia, deverá estar concluído em menos de seis meses – meio ano é o prazo estipulado para a sua conclusão – ao longo dos quais ‘será possível tirar relatórios parcelares e decisões com vista à utilização atempada dos fundos comunitários?’” (Jornal de Leira, 17.11.94).</p>
22.Mar.95.	A Associação Ambientalista Oikos recolhe amostra de água do Lis e dos seus afluentes para análise no Instituto Ricardo Jorge. Dos resultados das análises efectuadas, foi possível detectar a existência de metais pesados aguardando-se ainda os resultados das análises bacteriológicas que ao que tudo indica poderão detectar a existência de nitratos, e outro tipo de produtos prejudiciais para a saúde pública.
30.Mar.95.	Claúdio Jesus, Vice-presidente da Oikos (Região de Lisboa), num artigo de opinião publicado no Jornal de Leiria (p. 12), sobre a importância da água, chama a atenção para a necessidade de promoção de uma consciência ambiental para a qual em muito poderão contribuir acções de sensibilização e de educação do grande público.
30.Mar.95	“Recorrer a captações de Pombal, a um furo na Reixida-Cortes ou à EPAL - Empresa Portuguesa de Águas Livres em Castelo de Bode são apenas três das soluções pensadas pela Câmara Municipal de Leiria para o abastecimento de água à cidade. ‘Não podemos confiar mais nos infractores nem correr mais riscos. Como tal estamos na disposição de mudar de captações’, diz o vereador Mário Matias, a propósito da grave contaminação das águas do Lis verificada recentemente. Cerca de 50 por cento da recolha de água que abastece a cidade (oito mil metros cúbicos por dia) é feita à superfície deste rio. Os restantes 50 por cento dividem-se por mais 40 pequenas captações (...)”.
26 Abr.95	<p>3ª Reunião do Concelho de Bacia, na Câmara Municipal da Batalha, para preparação do Plano de Bacia do Lis (Região de Leiria, 21.04.95).</p> <p>“‘A água do Lis nem sequer serve para regar’. Esta é uma das mais ‘preocupantes’ conclusões de um estudo sobre a qualidade da água da Bacia Hidrográfica do Rio Lis, apresentado na passada semana, durante a reunião do Conselho de Bacia, realizada na Batalha” (Diário Regional, 03.05.95).</p> <p>“O estudo baseia-se sobretudo no resultado das análises efectuadas no primeiro semestre do ano hidrológico de 1994/95, com início em Outubro de cada ano. No entanto, as análises comparativas com outros resultados disponíveis desde 1989, levam à conclusão que a situação da qualidade na bacia hidrográfica do Lis não sofreu alterações sensíveis nos últimos cinco anos, deixando entender um arrastamento da situação” (Região de Leiria, 05.05.95).</p>
04.Mai.95	Banhos nas águas do Lis podem causar perigos para a saúde pública. Situação que só será resolvida após o processo de despoluição previsto para a Bacia Hidrográfica do rio.
??Mai.95	Desastre ecológico no Lis ocorreu no fim de semana em que teve lugar o 2º Congresso do Distrito de Leiria e Alta Estremadura, cujo mote era precisamente a importância da Sensibilização e da Educação Ambiental, como forma de construir um futuro melhor.
25.Mai.95	Milhares de peixes voltam a aparecer mortos nas margens do Lis, resultado de uma descarga de efluentes de suínos atribuída a lavagens e desinfecções de várias suiniculturas do Distrito de Leiria. Os ambientalistas exigem agora a aplicação de coimas para os prevaricadores, não aceitando o argumento das autoridades que se desculpam sistematicamente com a falta de meios de vigilância e fiscalização. A Quercus volta a insistir, a este propósito, na necessidade de criação de um sistema SOS que possa identificar os prevaricadores que actuam, sobretudo, aos fins de semana.
26.Mai.95.	Notícia publicada no Jornal Região de Leiria, dá conta de “três dezenas de atentados ecológicos em quatro anos no rio Lis”, situação que, segundo o publicado no referido jornal, já teria sido solucionada se o Lis desaguasse em Leiria.
28.Jun.95	<p>“A autoridade de saúde do Concelho de Leiria [Henrique Pinto] tornou público um relatório sobre o ‘grave atentado à qualidade da água de consumo da cidade de Leiria’ e não poupa críticas aos serviços do Ministério do Ambiente.</p> <p>Denunciando um ‘discurso ambiental nada pedagógico’, Henrique Pinto afirma que, apesar dos poluidores serem conhecidos, ‘não há alteração no comportamento de alguns responsáveis’.</p> <p>Se aumentar a vigilância, garante a Autoridade de Saúde, diminuirá a poluição.” (Diário Regional de Leiria, 28.06.95)</p> <p>Henrique Pinto, Delegado de Saúde de Leiria e Director Geral da Saúde, enviou ainda um</p>

	documento à Câmara Municipal de Leiria, onde acusa o Ministério do Ambiente e os Serviços Municipalizados de inércia. Segundo este, é possível identificar os presumíveis poluentes do Rio Lis. “Tratava-se de ir aos locais e fazer análises bacteriológicas e químicas para obter a confirmação laboratorial da emissão de efluentes, sem o devido tratamento e não cumprindo as normas legais”. Desta forma, as autoridades responsáveis poderiam obter provas e “indicar um ou outro poluidor como juridicamente imputáveis”. Henrique Pinto menciona, desde logo, “a fábrica de confecções Unilopes e a Hidromel, ambas no Soutocico, um aviário do Arrabal e uma suinicultura em Abadia-Cortes como os presumíveis poluentes do Rio Lis [no que refere as descargas poluentes de Março passado]” (Jornal de Leiria, 29.06.95).
29.Jun.95	“A AMAE vai receber cerca de 800 mil contos para a despoluição da Bacia Hidrográfica do Rio Lis e da Ribeira de Seiça. Do total da verba, que se destina às redes de saneamento, cerca de 600 mil vão para a Câmara de Leiria. O pacote de obras teve o parecer favorável da unidade de gestão do Grupo B do FEDER, terça feira passada, em Coimbra. (...) Todas as estruturas deverão estar funcionais a partir de 1997 (Jornal de Leiria, 29.06.95).
28.Jul.95	Segundo o jornal Região de Leiria: “O rio Lis vive uma das situações mais complexas do país. Acabar de vez com os poluidores não é possível só porque isso implicava também o fim das actividades económicas. Mas a paciência tem limites. E até 1999 as empresas poluidoras terão de regularizar a sua situação. Para que as águas tenham qualidade e, finalmente, Leiria possa ver no seu concelho uma praia fluvial. Apesar de considerar a situação do Lis como uma ‘das mais complexas do país’, Poças Martins acredita que ‘é possível despoluir o rio desde que haja uma convergência de esforços entre as várias entidades e os industriais de suiniculturas que implantaram as suas empresas sem ter em conta as necessárias infra-estruturas de despoluição’. O secretário de Estado lembra a criação do Concelho de Bacia, há mais de um ano, considerando-o um passo importante na recuperação do rio. ‘Já reservámos uma verba de arranque de cinco milhões de contos no âmbito do Fundo de Coesão e patrocinámos um estudo integrado de despoluição’, disse, admitindo que a situação ‘era de tal forma complexa que os esforços isolados de qualquer Câmara não seriam suficientes para resolver o problema’. (...) Acabar com a poluição no Lis de uma vez por todas num prazo que agrada a todos ‘é extremamente difícil, conforme afirmou, (...) ‘temos que manter as águas limpas mas queremos manter vivas as actividades económicas’.” (Região de Leiria, 28.07.95).
19.Out.95	“Cansada de esperar pela boa limpeza do Lis, a Junta de Freguesia das Cortes resolveu e procedeu à despoluição parcial do leito desta corrente fluvial” (Mensageiro, 19.10.85).
22.Fev.96	Cláudio Jesus, membro da Direcção da Oikos, refere que a resolução do problema de poluição do Lis e seus afluentes passa por uma acção concertada dos vários municípios e associações industriais de suinicultores e agricultores de toda a Região da Alta Estremadura.
22.Mar.96.	Dia Mundial da Água, marcado por várias acções de sensibilização para a problemática dos recursos hídricos e pela recolha de água para análise ao Lis e seus afluentes.
17.Mai.96.	Processo de limpeza das margens do Lena causa preocupação à associação ambientalista Oikos, pelo facto de estar a revolver o leito do rio conduzindo à destruição do ecossistema ribeirinho, em plena época de nidificação de certas espécies, o que faz com que este processo de limpeza, segundo a mesma associação, se esteja a transformar num verdadeiro atentado ecológico.
19.Mai.96.	A Oikos volta a chamar a atenção das autoridades para o atentado ecológico ao rio Lena, resultado do processo de limpeza das margens do rio, que está a ameaçar a nidificação de algumas espécies.
23.Mai.96.	A Oikos exige o apuramento de responsabilidades em relação ao processo de limpeza levado a cabo nas margens do rio Lena.
29.Mai.96.	Alunos do ISLA manifestam-se contra a poluição do rio Lis, iniciativa que partiu dos alunos finalistas de Marketing e Comércio Internacional. A acção surgiu na sequência de uma exposição sobre a poluição do rio que decorreu recentemente naquele instituto.
30.Mai.96	A Oikos e a Câmara Municipal de Leiria organizam um colóquio que terá lugar no próximo dia 5 de Junho – Dia Mundial do Ambiente – subordinado ao tema: “Rio Lis – Que Futuro?”, colóquio que contará com as intervenções de responsáveis de várias entidades directamente envolvidas no processo de despoluição do rio.
05.Jun.96	As Autoridades Sanitárias de Leiria chamam a atenção para o perigo dos banhos no rio Lis, que representam um perigo para a saúde pública. Perigo que aumenta devido ao encerramento da ETAR de Raposeira e à existência de 400 mil porcos na região. As Autoridades advertem, ainda, para a urgência do estudo de despoluição do Lis e Lena estar concluído até 15 de Junho, para que, tal como veiculado pelo Jornal de Leiria, “cinco milhões de contos, dos 20 inicialmente previstos, possam chegar a Bruxelas.”

	Oikos promove colóquio subordinado ao tema “Rio Lis - Que Futuro?” na data comemorativa do Dia Mundial do Ambiente.
05.Jul.96	“Promovido pela Comissão do Ambiente do ADELEI – Associação para o Desenvolvimento de Leiria, realizou-se na passada quinta-feira, no Auditório da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, um colóquio subordinado ao tema ‘A Qualidade e a Quantidade da Água na Bacia do Rio Lis até ao Ano 2030’” (Região de Leiria, 05.07.96).
03.Abr.97	A Oikos organiza um colóquio subordinado ao tema “Agricultura e Conservação da Natureza”, que faz parte de uma série de iniciativas, que se inserem no projecto de “Sensibilização dos agentes rurais para a importância da utilização racional dos pesticidas e fertilizantes na preservação do Ambiente”, que tem como público alvo agricultores, técnico agrícolas e autarquias das zonas do Baixo Vouga, Baixo Mondego, Vale do Lis, Areias do Litoral e PNSAC – Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros.
24.Abr.97	No âmbito da exposição subordinada ao tema “Agricultura e Conservação da Natureza”, organizada pela Oikos, foi também organizado um colóquio onde foram abordados alguns dos seguintes pontos: Caracterização das principais fontes poluidoras do Rio Lis, nomeadamente no que diz respeito à actividade associada à exploração das suiniculturas e poluição agrícola, respeitante ao uso indiscriminado de fertilizantes e pesticidas, e ainda à poluição das águas causada pela actividade dos lagares de azeite; melhorar o funcionamento das ETAR’s; equacionar a possibilidade de reutilização agrícola das lamas, resultantes dos tratamentos levados a cabo pelas ETAR’s, adopção de medidas regulamentares de regulação da venda de pesticidas; reforçar a sensibilização e formação dos agricultores, etc.
08.Out.97	Candidatura para despoluição das Bacias do rio Lis e da Ribeira de Seiça remetida à (DGDR).
24.Out.97	“A Direcção Regional do Ambiente da Região Centro (DRARC)” assinou terça-feira, em Coimbra, um contrato com um consórcio de seis empresas para a elaboração dos Planos das Bacias Hidrográficas dos Rios Lis, Mondego e Vouga. O consórcio vencedor apresentou uma proposta de 160 mil contos” (Região de Leiria, 24.10.97).
18.Nov.97	Apresentação da candidatura ao II Quadro Comunitário de Apoio remetida à CE, no âmbito do Fundo de Coesão da Comunidade Europeia.
04.Dez.97	VIII Jornadas do Ambiente, organizadas pelo núcleo do Ribatejo/Estremadura da Quercus, subordinadas ao tema “A água - recursos estratégico para o século XXI”, onde Cláudio de Jesus, representante da AMAE, apresentou os projectos de despoluição da Bacia Hidrográfica do rio Lis e da Ribeira de Seiça.
23.Dez.97	Anulação do concurso público para despoluição das bacias de Seiça e Alto-Nabão, ETAR de Seiça e anúncio de vários atrasos para entrega das candidaturas ao Fundo de Coesão, o que poderá implicar a perda dos subsídios comunitários, nomeadamente para a ETAR de Seiça.
31.Dez.97	O deputado europeu Sérgio Ribeiro pediu esclarecimento à Comissão das Comunidades Europeias sobre o ponto de situação relativamente ao processo de despoluição da bacia hidrográfica do rio Lis e da ribeira de Seiça: quando foi apresentada a candidatura, qual o andamento desse processo e se era possível conhecer-se alguma primeira indicação sobre um calendário de avaliação e de decisão.
21.Jan.98	Primeira fase de despoluição da ribeira de Seiça (bacia 49) foi adjudicada à firma de construção Martins e Reis de Fátima. O prazo de execução é de sete meses e a verba envolvida é de 97 mil contos.
Fev.98	“A autarquia [C.M. Leiria] refere (...) que a resposta definitiva de Bruxelas relativamente à disponibilização de fundos ainda não foi dada, apesar de o eventual parecer negativo já ter sido referido, em meados de Fevereiro, através

	<p>de informações divulgadas pela Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional (DGDR).</p> <p>Na ocasião, em carta enviada à AMAE, entidade promotora do projecto de despoluição, a DGDR informava que, aquando da apresentação da candidatura, ‘as responsabilidades do Fundo para apoio a projectos do Ambiente em Portugal estavam já largamente ultrapassadas’, devendo o executor ‘ser informado claramente da improbabilidade de aprovação’ e ‘consequente necessidade de financiamento alternativo em caso de arranque dos trabalhos sem confirmação de apoio’.</p> <p>A carta acrescentava que ‘esta candidatura não constava das prioridades recentemente indicadas pelos responsáveis do sector para aprovação de novos projectos, face às disponibilidades existentes’. O mesmo documento referia que não era possível dar ‘qualquer indicação minimamente fiável quanto à possibilidade de transferência desta candidatura para o período após 1999’, altura em que termina o período de vigência do II QCA.” (Diário de Leiria, 11.03.98)</p>
06.Fev.98	<p>Localização da ETAR de Seiça é contestada por moradores, autarcas e Quercus. As críticas são várias, quer no que respeita à localização da ETAR, quer do emissário que será facilmente inundado em épocas de cheias. Por outro lado, como adverte a Quercus, o leito próximo do furo de abastecimento da ETAR pode secar no Verão. No entanto, para a Quercus, a construção da ETAR poderá reduzir em 90% a carga poluente da água desde que, sejam cumpridas as normas de manutenção da mesma, o que apesar de ser um processo dispendioso não porá em risco a saúde das populações. No entanto, por parte destas, as reservas mantêm-se em relação ao risco de poluição que possa surgir da ETAR e do emissário que irá levar até Seiça os esgotos de 16 mil habitantes. Para Pedro Cortes, morador de Seiça, a prioridade passa por “desviar o emissário da proximidade da Ribeira”. De resto, para Pedro Cortes, a justificação da construção do emissário junto à Ribeira tem uma “fraquíssima fundamentação técnica e está totalmente desligado da realidade local da zona em que está projectado.” No entanto, a Câmara defende-se com pareceres técnicos favoráveis recordando que a localização teve de ser aquela devido a imposição da Direcção Regional do Ambiente de Lisboa e Vale do Tejo, ignorando assim, de certa forma, um estudo de incidência ambiental que não foi 100% favorável.</p>
20.Fev.98	<p>Candidatura da AMAE para despoluição da Bacia Hidrográfica de Ourém, não é considerada pela Direcção de Desenvolvimento Regional.</p>
23.Fev.98	<p>Comunicado da (DGDR) anunciando que o processo de despoluição do rio Lis e Ribeira de Seiça não consta nas prioridades para fins de financiamento da Comunidade Europeia, causa perplexidade no executivo da Câmara Municipal de Leiria, dirigido por Isabel Damasceno e pelos representantes da AMAE. A situação que põe em causa qualquer hipótese de viabilidade de financiamento pelo II Quadro Comunitário de Apoio (Q.C.A.), que termina no final de 99, permite antever a possibilidade de transferência da candidatura para o próximo Q.C.A. Face a esta informação, os vários responsáveis que compõem a AMAE decidiram reforçar diligências no sentido de encontrar situações alternativas, nomeadamente junto do Ministério do Ambiente. Isabel Damasceno recorda que o projecto orçado em cerca de 6 milhões de contos começou por ser delineado há cerca de sete anos, prevendo a construção de um conjunto de ETAR’s e emissários, abrangendo os concelhos de Batalha, Leiria, Porto de Mós, Marinha-Grande e Ourém, tendo já sofrido ao longo do tempo sucessivos atrasos. Recorde-se que a poluição do Lis tem sido crescente ao longo dos últimos anos, considera-se as inúmeras suiniculturas existentes na região como a principal fonte de poluição. Assim, em reunião do executivo propôs-se o reforço de diligências pelas várias entidades, tais como, o Instituto da Água, a EPAL, Câmara Municipal da Batalha entre outras, tendo como objectivo a elaboração de um</p>

	Plano Estratégico Municipal de Abastecimento de Água, tendo em vista salvaguardar os níveis freáticos de eventuais focos poluidores, através da optimização dos recursos existentes, quer em termos qualitativos, quer quantitativos. “O concelho de Leiria é abastecido através de sete captações superficiais do Rio Lis e 37 furos disseminados pelo município...” O rio Lis, que serve “cerca de 70% dos abastecimento, pode deixar de constituir origem de captação - quer por falta de caudal necessário, quer pela qualidade da água” devido a atrasos do programa de despoluição com arranque previsto para 1991, para já não falar da denúncia pública efectuada pela Autoridade Sanitária, em que dava conta do grave risco de contaminação biológica no abastecimento de água.
Semana de 26.Fev.98	Direcção Geral do Desenvolvimento Regional classifica o projecto de despoluição do rio Lis e da ribeira de Seça como não urgente.
26.Fev.98	Presidente da Câmara de Leiria dá conta ao executivo de uma informação da DGDR para a AMAE sobre a candidatura ao Fundo de Coesão (remetida à CE a 18/11/97), onde se refere que esta candidatura não consta das prioridades indicadas pelos responsáveis do sector sabendo-se à partida que não há garantias quanto à eventual transferência de verbas desta candidatura para o período após 1999. Reacção da Oikos sobre o eventual não financiamento da E.U. ao processo de despoluição do rio Lis, em que a associação demonstra a sua profunda indignação face à rejeição da proposta de financiamento, disponibilizando-se, contudo, para buscar novas formas de financiamento da obra. No entanto, a associação ambientalista, não deixa de lamentar o atraso na execução do projecto que só deu entrada em Bruxelas em 1997, bem como o facto de até Abril de 1994 o projecto ser considerado como prioritário.
27.Fev.98	A Oikos demonstra a sua indignação pelo facto da despoluição do Lis não ter sido considerada prioritária, recordando que, já em 1994, a Ministra do Ambiente de então tinha considerado o projecto como prioritário. A mesma associação ambientalista recorda ainda que, o projecto de despoluição anda a ser delineado há cerca de sete anos, prevendo a construção de várias ETAR's e emissários abrangendo os concelhos de Leiria, Ourém, Porto de Mós, Batalha e Marinha Grande.
05.Mar.98	Marinha Grande protesta quanto à falta de cumprimento do financiamento para o plano de despoluição do rio Lis e da Ribeira de Seça. Vários deputados mostraram o seu descontentamento pelo andamento do processo e aquilo que consideram ser a “superficialidade do EIA e da sua localização” (Voz Imparcial, pág.3). O PS ainda sugeriu a paragem dos trabalhos o que foi categoricamente negado uma vez que tal hipótese comprometia os financiamentos comunitários. Aprovação do Projecto “Bacia 50 - primeira fase” cujo valor ultrapassa os 103 milhões de escudos. Em comunicado, o Presidente da Oikos Leiria, Nuno Carvalho, dá conta que a assinatura em 1994 do protocolo de despoluição da Bacia Hidrográfica do Lis trouxe grandes esperanças para a resolução dos problemas de poluição da Bacia Hidrográfica do Lis e Ribeira de Seça. No entanto, o processo só chega a Bruxelas em Novembro de 97, tendo sido considerado na altura como não prioritário. Situação que se torna ainda mais preocupante na medida em que o que está em causa é a qualidade da água para abastecimento público. Uma das hipóteses de resolução do problema passa pela substituição deste recurso através da utilização da Barragem do Castelo de Bode, o que, no entender da associação ambientalista, constitui uma opção desastrosa em termos económicos, éticos e morais sendo tal hipótese encarada como um “virar de costas” à resolução do problema (Jornal de Leiria).
06.Mar.98	No âmbito do Conselho Nacional da Água, ocorreu um encontro e uma conversa informal entre Isabel Damasceno e Elisa Ferreira, onde esta última deu a certeza do avanço do processo de despoluição do Lis, já que se não existirem verbas disponíveis para o efeito a despoluição irá avançar através de fundos nacionais do Programa Operacional do Ambiente. Isabel Damasceno, Presidente da Câmara Municipal de Leiria, deu conta à Ministra do Ambiente das preocupações relativas ao possível comprometimento da despoluição da bacia hidrográfica do Lis e da Ribeira de Seça por falta de apoio comunitário. No entanto, Elisa Ferreira desdramatiza a situação, considerando que mesmo que se verifique a inexistência de verbas comunitárias o projecto poderá avançar através de fundos nacionais integrados no (POA), declarações feitas pela Ministra no âmbito do Conselho Nacional da Água com vista à apreciação da directiva comunitária no domínio da política da água e análise dos problemas resultantes das cheias. Elisa Ferreira garante despoluição do Lis considerando o projecto “importantíssimo” dando luz verde para o arranque das obras, as quais, depois de iniciadas, poderão ser integradas para

	<p>financiamento do IV Quadro Comunitário de Apoio. Gonçalo Ribeiro da Costa, deputado do PP considera que a despoluição do rio Lis “é uma questão política que deve ter uma solução política, tomada por quem gere o dinheiro dos impostos pagos pelos Leirienses.” Acrescentando ainda que, “no momento em que o Governo se prepara para gastar 5000 milhões de contos num aeroporto para servir Lisboa é exigível que arranje forma de encontrar cinco ou seis milhões de contos para investir em Leiria.” (Jornal de Leiria, 12.03.98).</p>
10.Mar.98	<p>O Gabinete de Imprensa da Câmara Municipal de Leiria faz divulgar a notícia de que, numa conversa informal, a Ministra do Ambiente teria garantido a Isabel Damasceno, presidente da Câmara Municipal de Leiria, que “O projecto de despoluição do rio Lis pode ser financiado através de verbas oriundas do Programa Operacional do Ambiente (POA), na eventualidade de não ser disponibilizados fundos comunitários para o efeito”. (Diário de Leiria, 11.03.98). A reunião entre estas duas responsáveis terá decorrido no âmbito do Conselho Nacional da Água.</p>
11.Mar.98	<p>Sérgio Ribeiro, euro deputado mentor da proposta levada à Comissão Europeia, considera que a limpeza da Ribeira de Seça e do rio Lis deixaram de ser prioridade, colocando em causa os subsídios europeus na ordem dos 350 mil contos, que haviam já sido dados como quase certos. No entanto, os responsáveis pelo projecto, garantem ter sido feito um estudo prévio, que demorou dois anos, onde foram ponderadas todas as questões, tendo o atraso do projecto ficado a dever-se a uma alteração do traçado e não a qualquer outro motivo de ordem técnica, uma vez que, tal como foi garantido, “não há impacto negativo”. Todavia, tendo em vista dissipar quaisquer dúvidas quanto às consequências da ETAR e dos seus emissários na freguesia de Seça, a Câmara aceitou por unanimidade realizar uma sessão de esclarecimento sobre a instalação da mesma naquele concelho.</p>
13.Mar.98	<p>A Câmara de Ourém discute com a Junta de Freguesia a construção da ETAR da Ribeira de Seça, discussão resultante de pressões do PS e da Quercus-Ourém.</p> <p>A Oikos insiste na educação ambiental da população ao nível das escolas, levando a cabo as “IV Jornadas sobre Ambiente e Desenvolvimento”.</p>
19.Mar.98	<p>A Câmara de Leiria pondera a alteração da localização da ETAR da Ribeira de Seça, solicitando o parecer de técnicos.</p> <p>O Secretário de Estado do Ambiente garante a reabilitação da bacia hidrográfica do rio Lis, sendo os custos suportados pelos orçamentos do Instituto da Água e Direcções Regionais do Ambiente e cerca de 25% pela autarquia de Leiria.</p>
22.Mar.98	<p>A Oikos manifesta-se preocupada com a não despoluição da Bacia Hidrográfica do Lis e Ribeira de Seça.</p>
24.Mar.98	<p>A Oikos recolhe e analisa a água do Lis, em 14 locais diferentes, no âmbito das actividades comemorativas do Dia Mundial da Água.</p>
26.Mar.98	<p>Elisa Ferreira garantiu, na passada semana, na Assembleia da República, a existência de verbas para a elaboração dos projectos e início das obras de despoluição do Lis, sendo este projecto participado em 85% pelo Fundo de Coesão e em 75% pelo (POA), o que significa que haverá uma verba que cerca de 700 mil contos que irá ser suportada pelas Câmaras.</p>
15.Abr.98	<p>Responsáveis da autarquia de Ourém decidem a construção da ETAR de Seça para o local inicialmente previsto (junto à Ribeira de Seça e perto da população).</p>
19.Mai.98	<p>O Instituto de Promoção Ambiental - IPAMB - atribuiu cerca de 3 mil contos ao Núcleo Regional da Quercus Ourém para financiamento dos seus projectos: «Nas Rotas de Portugal Natural», com vista à salvaguarda de zonas de interesse ambiental; ao programa «Resíduos em Sensibilização Itinerante», contemplado com a mesma verba do projecto “Lince Ibérico”, com mais de 600 contos. Para Leiria, estão também previstas acções de formação nas áreas de «Operador de ETAR», com duração de 150 horas, «Gestão de Lamas e ETAR», ambos com duração de 35 horas, «Técnico de Manutenção de ETAR», com formação complementar em electromecânica, de 90 horas, e o curso de «Formação Pedagógica de Formadores», com duração de 120 horas.</p>
21.Mai.98	<p>O Ministério do Ambiente atribui 17 milhões de contos para limpeza e reparação do rio Lis. Obras que serão realizadas em colaboração com a DRA, INAG e Câmara Municipal.</p> <p>Suspensão, durante cinco horas, do abastecimento de água às populações, devido a “uma descarga de efluentes de suiniculturas ou aviários efectuada na Ribeira de Martinela”, tal como dá conta o Jornal de Leiria na sua edição de 14 de Maio. Como já é do conhecimento público, as descargas ocorrem “quase todas nos mesmos rios e ribeiros, são todas do mesmo “tipo” e ocorrem, “cirurgicamente”, depois ou durante fortes chuvas” (Voz Imparcial, última pag.).</p>

Jun.98	O Secretário-Adjunto da Ministra do Ambiente, Ricardo Magalhães, homenageia, em Ourém, cidadãos que considera “exemplos de generosidade solidariedade e respeito” e inaugura o Centro de Educação Ambiental. David Catarino, Presidente da Câmara Municipal de Ourém, definiu como uma das prioridades ambientais o abastecimento de água e o tratamento de resíduos sólidos. De resto, a visita de Ricardo Magalhães ficou ainda marcada pela polémica relativa à ETAR de Seiça, embora David Catarino tenha reiterado perante as populações não abdicar da adjudicação da ETAR.
03.Jun.98.	O Projecto de Despoluição da Bacia Hidrográfica do Lis e da Ribeira de Seiça encontra-se na fase final de aprovação em Bruxelas. Os seus objectivos passam pela eliminação dos impactos negativos a nível ambiental, causados pelas suiniculturas dos concelhos envolventes, e está orçado em cerca de seis milhões de contos, que serão incluídos eventualmente no II Quadro Comunitário de Apoio.
05.Jun.98	Visita do Euro deputado Carlos Pimenta e de Marcelo Rebelo de Sousa (PSD) à nascente do rio Lis, relança discussão sobre o projecto de despoluição do rio. Para Carlos Pimenta, estão reunidas todas as condições para que o processo de despoluição avance faltando só que o Governo português considere o projecto prioritário, para que este seja aprovado por Bruxelas. Marcelo Rebelo de Sousa apelou, também, para que o Primeiro Ministro e a Ministra do Ambiente olhem para estes problemas concretos e avancem com as respectivas soluções. Aliás foi nesse sentido que foi entregue no Parlamento uma proposta para a criação do Dia Nacional da Protecção da Natureza. Marcelo declarou querer ver ainda ratificada a Convenção de Lugano, assinada em Junho de 1993, mas que não se encontra em vigor no nosso país e onde o que está em causa é o princípio da responsabilização do poluidor pagador. O Dia Mundial do Ambiente foi assinalado em Leiria, pela visita de Carlos Pimenta e Marcelo Rebelo de Sousa à nascente do rio Lis, tendo este último considerado o processo de despoluição como “um problema nacional”, já que engloba a bacia dos rios Lis e Lena, e que está estimado em 5,8 milhões de contos. Segundo garantiu Marcelo, “há dinheiro do fundo de Coesão disponível, há projectos que não avançam, o que significa que é um crime não utilizar esse dinheiro no projecto do rio Lis.” (Região de Leiria.12.06.98)
17.Jun.98	David Catarino anuncia a candidatura ao Programa Operacional Regional, programa comunitário, que, a ser aprovado, financiará em 300 mil contos (75% dos quais ao abrigo do Programa Comunitário de Apoio) a construção da ETAR em Fátima, até ao ano 2000.
22.Jun.98	Descarga poluente do rio Lena provoca a morte de milhares de peixes, sem que tenha sido possível detectar a fonte poluidora. À Oikos apenas foi possível observar, filmar e fotografar as consequências da descarga
25.Jun.98	Em reunião extraordinária da Câmara foi decidida, por unanimidade, a adjudicação dos projectos de saneamento do concelho tendo sido atribuídas 3 das 4 quatro obras às construtoras SCAF - Sociedade de Construções Aquilino & Filhos, LDA e Construtora do Lena. Nova descarga na bacia do Lis provoca grave desastre ecológico, com milhares de peixes mortos (sobretudo enguias). Face ao sucedido, os populares não se coibiram de apontar culpas ao Ministério do Ambiente, e a outras entidades ligadas ao rio. As descargas poluentes ocorrem, quase sempre, de madrugada e aos fins de semana, aproveitando a ausência dos oficiais de serviço. Assim, não havendo fiscalização, têm a garantia que não irão ser punidos, já que os técnicos só se deslocam ao local na segunda-feira seguinte, quando já não existe possibilidade de identificar os poluidores. Artur Granja, delegado municipal da protecção civil da Marinha-Grande, declarou ter alertado de imediato a Direcção Geral do Ambiente, ao mesmo tempo que deu entrada de uma denúncia ao Ministério do Ambiente, com o conhecimento da Câmara Municipal. A Oikos ainda tentou identificar a fonte poluidora, mas sem sucesso. Para Nuno Carvalho, Presidente da Quercus-Leiria, para erradicar esta prática “característica dos países subdesenvolvidos (...) a solução só é viável com a rápida concretização do projecto integrado de despoluição da bacia hidrográfica do rio Lis e ribeira de Seiça», lamentando ainda os sucessivos contratempos técnicos e políticos, de que o processo de despoluição tem sido alvo.
29.Jun.98	A Ministra do Ambiente anuncia, em Peniche, o avanço do projecto de despoluição das bacias hidrográficas do rio Lis, considerando-o prioritário, garantindo ao Presidente da AMAE, António Lucas, que o projecto deverá ser financiado no âmbito do II Quadro Comunitário de Apoio (II QCA), em vigor até final de 99. «O projecto de despoluição envolve um montante na ordem dos seis milhões de contos, dos quais 85 por cento serão elegíveis», verba que será utilizada para a construção de emissários e de ETAR’S. Às Câmaras, caberá «(...) efectuar a ligação das redes, sendo também necessário resolver o problema da poluição das suiniculturas e das indústrias». Embora o presidente da Câmara Municipal da Batalha demonstre algumas

	<p>reservas em avançar com datas precisas para resolução do problema, refere que em três anos será possível resolver o problema da despoluição, desde que se verifique um “esforço público”, sobretudo por parte das indústrias e das suiniculturas, no decurso do processo. Aliás, caso isso não se verifique, o líder da AMAE adianta que «podem haver outras atitudes em relação aos prevaricadores», adiantando mesmo que, poderá verificar-se o encerramento das unidades responsáveis pela poluição. «Ou não poluem, ou fecham». No entanto, esta será uma atitude limite, dada a importância económica que as suiniculturas têm na região. Todavia, tal como refere o líder da AMAE, «Não faz sentido gastar uma quantidade de dinheiro desta dimensão para depois ficar tudo na mesma». António Lucas, aproveitou ainda para esclarecer que em relação ao facto do projecto inicialmente não ter sido considerado prioritário, tal se deveu “a um lapso da Direcção Geral do Desenvolvimento Regional na análise das informações.”</p> <p>A Ministra do Ambiente, dá garantias orçamentais para o início das obras na bacia do Lis, através de fundos do II Quadro Comunitário de Apoio, embora não esteja prevista a adjudicação de obras sem antes haver garantia de aprovação do projecto por Bruxelas. Segundo declarações de David Catarino, Presidente da Câmara Municipal de Ourém, as obras das ETAR de Seça e do Nabão, estão já orçamentadas em um milhão e 300 contos.</p> <p>O Projecto de Despoluição do Lis foi considerado prioritário pela Ministra, no âmbito do II Quadro Comunitário de Apoio, tendo a decisão sido tomada na Câmara Municipal de Peniche, numa reunião que contou com a presença do Governador Civil de Leiria, a AMAE, a Ministra e outros responsáveis do Ministério.</p> <p>O Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Vieira de Leiria, Paulo Vicente e o Presidente da Junta de Freguesia do Coimbrão, Paulo Pedrosa, asseguram a qualidade das águas, limpeza do areal e vigilância da praia da Vieira, em resposta a críticas feitas sobre a qualidade da água e sobre a legitimidade da atribuição de bandeira azul às praias de Vieira e de Pedrogão. (Região de Leiria. 02.07.98)</p>
30.Jun.98	A Valorlis – empresa de valorização e tratamento de resíduos sólidos - lança uma campanha de sensibilização sobre resíduos de maiores dimensões.
03.Jul.98	<p>A Ministra do Ambiente garante à AMAE o início do processo de despoluição do Lis reafirmando-o como prioritário, encontrando-se, à data, em fase final de aprovação em Bruxelas.</p> <p>A Autarquia decide a adjudicação dos grandes projectos de saneamento do Concelho, que totalizam um montante 1 milhão de contos, prevendo-se que todas as obras estejam concluídas até no prazo de um ano. O consórcio das empresas Aquilo & Rodrigues e Construtora do Lena realizará três das quatro obras. A adjudicação da obra para construção dos emissários foi entregue, por unanimidade camarária, à empresa SCAF - Sociedade de Construções Aquilino & Filhos, LDA que apresentou uma proposta de orçamento no valor de 125 mil contos, obra que deverá estar concluída no prazo de um ano. A ETAR de Seça foi, também, entregue ao consórcio Aquilino & Rodrigues e Construtora do Lena, no valor de 309 mil contos, e com um prazo de execução 10 meses.</p> <p>Elisa Ferreira garante que o projecto de despoluição da Bacia Hidrográfica do Lis e Ribeira de Seça já se encontra “em fase final de aprovação”, em Bruxelas (Região de Leiria, pág. 10). O Projecto está orçado em cerca de 6 milhões de contos, e, segundo a Ministra, poderá ser incluído no II Quadro Comunitário de Apoio.</p>
07.Jul.98	O Processo de limpeza das margens do Lis é adiado por sugestão da Associação Ambientalista Oikos. Segundo esta associação, Abril/Maio é o período em que algumas espécies estão a desovar e outras a nidificar. A poluição das margens do rio é, segundo a Oikos, também da responsabilidade dos cidadãos que ali depositam todo o tipo de lixo (desde garrafas, papéis, cartões, roupas...).
09.Jul.98	A Ministra garante que não falta dinheiro para os trabalhos de despoluição do rio Lis e Ribeira de Seça.
09.Ago.98	O Governo confirma o carácter prioritário do projecto de despoluição das bacias hidrográficas do Lis e Ribeira de Seça.
20.Ago.98	A Limpeza do Lis e do Lena vai custar cerca de 19 mil contos: 75% dos quais financiados pelo Estado e 25% pela Câmara de Leiria.
29.Set.98	A Oikos emite um memorando onde enumera, de forma sintética, os principais problemas de ordenamento do território e Ambiente da Região de Leiria.
16.Dez.98	O Presidente da Oikos-Leiria está preocupado com o facto da qualidade da água do rio Lis estar a piorar. Para Nuno Carvalho, um dos factores, que está na base deste problema, tem a ver com a concentração das suiniculturas e com outro tipo de contaminação proveniente de falta de tratamento de efluentes domésticos e indústrias. Para este responsável, a solução para melhoria

	da qualidade da água, passa pela elaboração de um plano estratégico de abastecimento a Leiria e não em abandonar os recursos hídricos existentes para ir buscar água a outros sítios e pela aplicação de sanções aos poluidores e prevaricadores.
31.Mai.99	A Junta de Freguesia de Vieira de Leiria enviou um ofício à Ministra do Ambiente, a fim de pôr termo às sucessivas agressões ambientais (descargas) ao longo do curso do rio, exigindo maior fiscalização e duras sanções para os seus poluidores. A Oikos emite um comunicado relativo às consequências da descarga poluente ocorrida no rio Lis, apelando às autoridades para a necessidade de uma maior fiscalização, sobre a actividade das empresas da região, e exigindo a imediata implementação do Projecto Integrado de Despoluição da Bacia Hidrográfica do Lis e Ribeira de Seixa.
Jun.99	É elaborado o Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Lis (1ª fase) o qual apresenta uma síntese da Análise e Diagnóstico da Situação Actual, da responsabilidade do Ministério do Ambiente.
01.Jun.99	Comunicado da Oikos, exigindo a intensificação da fiscalização sobre as empresas potencialmente poluidoras, passando pelo encerramento daquelas que se recusam a cumprir os critérios legais de funcionamento.
02.Jun.99	Descarga, que se suspeita ser proveniente de suiniculturas, volta a matar centenas de peixes no rio Lis. Adelino Caravela, da Divisão Regional de Ambiente e Recursos Naturais de Leiria (DRARN), refere a dificuldade em intervir nestes casos, onde para actuar é preciso apanhar os transgressores em flagrante. Para Paulo Vicente, presidente da Junta de Freguesia de Vieira de Leiria, é preciso uma fiscalização “permanente e actuante” e uma inspecção rigorosa às unidades localizadas na bacia do Lis e do Lena. O autarca vai mais longe, confessando que, “as coimas já não chegam para obrigar as indústrias a respeitarem o Ambiente.” (Jornal de Leiria). No mesmo propósito de alerta, para a necessidade de uma maior vigilância das descargas poluentes para o rio, Francisco Ferreira, da Quercus, salientou a necessidade de criar uma linha de emergência ambiental, que seja realmente operacional para que não se verifiquem mais situações em que se tenta contactar sem êxito o Ministério do Ambiente ou a DRARN, aquando da ocorrência de desastres ambientais, após as já célebres descargas poluentes. A Oikos-Leiria exige maior fiscalização sobre as empresas poluidoras da bacia do Lis, na sequência de mais uma descarga que evidencia uma “total ausência do conceito de cidadania e respeito do Ambiente” (in Diário de Leiria, pág. 5). A mesma associação ambientalista, apela para que as autoridades impeçam as empresas poluidoras de laborar, “enquanto não cumprirem os critérios legais estabelecidos” ou, de acordo com o parecer da Junta de Freguesia de Vieira de Leiria, que sejam aplicadas duras sanções e, se necessário, que sejam encerradas as entidades responsáveis pelas descargas poluentes.
09.Jun.99	Estratégia de fiscalização rigorosa e poluidora do rio Lis entra em vigor, prevenindo-se a possibilidade de aplicação de coimas aos poluidores. A fiscalização ficará feita através de uma intensa cooperação entre os serviços de fiscalização da DRA, cabendo também a todo o cidadão a responsabilidade de denúncia dos potenciais criminosos, prevenindo-se mesmo em situações limite o encerramento de algumas infra-estruturas, mais desobedientes, e sanções acessórias que poderão ir até à pena de prisão.
11.Jun.99	Protestos contra descargas clandestinas no Lis dão origem a reforço da fiscalização, por parte da DRA e da Guarda Nacional Republicana. Para o Governador Civil de Leiria, “As descargas ilegais são crimes que devem ser severamente punidos para servir de exemplo” e são actos que demonstram uma “total falta de civismo, cultura e respeito” (Região de Leiria, pág. 9).
15.Jun.99	Os Suinicultores mandam analisar a água do rio Lis, para esclarecimento dos próprios, relativamente à identificação das fontes poluidoras. A associação de suinicultores tem vindo a sensibilizar os seus associados para deixarem de fazer descargas poluentes. No entanto, a mesma associação, considera que, neste momento, não há alternativas, já que o processo de despoluição da bacia do Lis, que deveria ter arrancado em 1997, ainda não teve início. “O tratamento dos efluentes está comprometido, uma vez que as duas ETAR’s de Leiria têm capacidade para apenas um décimo da produção das suiniculturas.” (Diário de Leiria, pág. 5).
17.Jun.99	O Rio Lis, depois das descargas poluentes de que tem sido alvo, está transformado num “canal de esgoto, um foco de cheiros nauseabundos, um cemitério de peixes”. Para tentar contrariar esta situação, foram anunciadas medidas “proibitivamente fortes, tais como prisão, multas pesadas e mesmo encerramento para algumas causas dessa indesejada poluição”, a reforçar também a intensidade da fiscalização (O Mensageiro, pág.5). Ainda, segundo Carlos André, Governador Civil de Leiria, para além do reforço da fiscalização, “vai ser feito o rastreio dos pontos nevrálgicos - de confluência dos vários afluentes do Lis e do Lena - que serão inspeccionados regularmente.” Apesar das ameaças aos poluidores, novas descargas de origem, por enquanto, desconhecida,

	<p>voltam a ocorrer no Lis. No entanto, as entidades vão apertando, cada vez mais, o cerco aos prevaricadores, uma vez que um agente poluidor que não regularize a sua situação depois de notificado, corre o risco de ver encerrada a sua empresa e, em caso de desobediência, poderá ir parar à prisão. “O objectivo é evitar a repetição dos “verdadeiros atentados contra a saúde pública” e as “situações criminosas” registadas nos “últimos dois meses” (Jornal de Leiria, pág. 6). Os responsáveis pelo poder local parecem, assim, determinados a levar por diante as sanções aos prevaricadores, que serão aplicadas de acordo com a lei, podendo ir “(...) até 500 contos, para pessoas singulares, e seis mil contos para empresas ou explorações de suiniculturas” (Jornal de Leiria, pág. 6). Para Fernando Peixinho, é necessário levar a aplicação das sanções até às últimas consequências, isto é, não admitindo aos prevaricadores que alguém invoque em sua defesa o não encerramento da sua empresa devido à necessidade de manter os postos de trabalho. Para Carlos André, Governador Civil de Leiria, o que faz falta no nosso país é fomentar a “cultura cívica por parte dos cidadãos.”</p>
18.Jun.99	<p>Nova descarga no rio Lis reforça orientação do governador civil de Leiria, Carlos André de quanto ao possível encerramento de algumas empresas que não cumprissem a lei, referindo que “Quem faz algo deste género não merece fazer parte do tecido empresarial da nossa região. E, como tal, admito executar o despacho para o encerramento de uma empresa ou de uma suinicultura que seja culpada de uma situação deste género” (Região de Leiria, pág.11). No entanto, pelo que se pôde comprovar pelos vestígios que ficaram da descarga, em princípio não se terá tratado de uma descarga de uma suinicultura. Não obstante, Joaquim Pedro, da Junta de Freguesia da Vieira, mostrou a sua preocupação sobre eventuais prejuízos que se poderão repercutir no turismo daquela estância balnear. A própria Associação de Suinicultores do Concelho de Leiria procedeu à recolha de água para análise, tendo o presidente daquela associação, David Neves, demonstrado o desejo de ver punidos os prevaricadores quer se tratassem ou não de suinicultores.</p>
Ago.99	<p>Nuno Carvalho, presidente da Oikos Leiria declara que é urgente resolver o problema do rio Lena, importando para já limpar a tratar todos os afluentes e esgotos existentes na bacia do Lena.</p>
04.Set.99	<p>Tendo em conta o princípio do poluidor-pagador “(...) empresas agro-pecuárias da região do Lis assumiram o compromisso de efectuar um pré-tratamento dos seus efluentes tendo em vista a despoluição da bacia, que se prevê para 2003” (Diário de Leiria, pág.3). Esta foi uma medida que levou à criação do Sistema Multimunicipal de Recolha, Tratamento e Rejeição de Efluentes dos cinco municípios envolvidos, o que corresponde a um investimento na ordem dos dez milhões de contos com uma participação de 85% do Fundo de Coesão. O processo de despoluição contempla assim várias obras como a construção de 14 ETAR’s de tratamento de águas residuais, bem como mais de 280 km de interceptores e emissários, que assegurarão o tratamento dos esgotos. Para gerir todo o sistema foi hoje criada a SIMLIS - Saneamento Integrado dos Municípios do Lis, pelas cinco autarquias envolvidas (Ourém, Batalha, Leiria, Marinha-Grande e Porto de Mós) pelo IPE e pelo IPE-Capital. A 1ª fase, de requalificação da bacia hidrográfica do Lis, envolve um investimento de 5,9 milhões de contos, destinados à construção de infra-estruturas para tratamento dos efluentes domésticos e agro-industriais, que servirá um total de 160 mil pessoas, correspondente a uma carga poluente na ordem dos 190 mil habitantes.</p>
09.Set.99	<p>Ao fim de cinco anos, o “sistema multimodal de saneamento do Lis, para recolha, tratamento e rejeição de afluentes dos Municípios da Alta Estremadura foi aprovado em Conselho de Ministros na semana passada” (Jornal de Leiria, pág.3). Com o este prevê-se que o processo de despoluição do rio Lis fique completo, em 2004, cabendo à empresa de Saneamento Integrado - SIMLIS - gerir o sistema de efluentes de toda a região. O incremento do projecto passa pela garantia de financiamento da Comunidade Europeia em cerca de 85%, bem como “acordo de princípio entre os Ministérios do Ambiente e da Agricultura para resolver o problema das suiniculturas”, já que, o número de suínos no distrito equivale a qualquer coisa como 1,1 milhões de pessoas. Caso não se verifique a colaboração das associações de suinicultores, Arménio Ferreira, responsável pelo IPE - Águas de Portugal (sócia maioritária da SIMLIS), corre-se o risco de se estar a despoluir o rio e continuar a assistir-se a descargas de efluentes dos suinicultores. Cabe, assim, à SIMLIS, a gestão das ETAR’S das suiniculturas que irão depois entrar no sistema de tratamento do saneamento doméstico.</p>
Sem data	<p>Henrique Pinto, Autoridade de Saúde do Concelho de Leiria, dá o alarme sobre o grave risco de contaminação da água para abastecimento público. A origem do problema está nas descargas de matéria orgânica no Lis, o que constituiu grande perigosidade de contaminação microbiológica resultado da combinação do cloro com matérias orgânicas a montante das da estação de recolha</p>

	<p>e tratamento de S. Romão. Descargas que têm origem nas «drenagens contínuas dos efluentes de algumas suiniculturas (...) e dos despejos directos de águas residuais (...) em locais muito próximos da captação para consumo». Como declarou o Delegado de Saúde, a situação não é nova, tendo-se verificado já situação idêntica em 1995. Segundo Henrique Pinto, a perigosidade tem passado despercebida à população Leiriense, devido ao tratamento através de cloragem o que fez com que a «(...) a água apenas tenha sofrido algumas alterações no gosto e no cheiro mas sem risco imediato para a saúde». No entanto, para o responsável pela ASCL a manter-se a “acção criminosa dos poluidores”, pode verificar-se a necessidade de suspensão temporária do abastecimento de água à população, já que «um dos maiores riscos está na possibilidade de combinação do cloro com matérias orgânicas originar «trialometanos», compostos de grande perigosidade para a saúde». Uma das competências da ASCL é, precisamente, o encerramento das empresas que ponham em causa a saúde dos cidadãos, mas não a descoberta dos criminosos. Neste sentido, Henrique Pinto, já fez saber que a partir de agora, «vai enviar para as instâncias de investigação criminal os indícios de que disponha em situações de crime público». Por tudo isto, o responsável pela ASCL, reivindica a necessidade de encontrar uma alternativa para o Lis, de forma a garantir o abastecimento de água a Leiria, acusando o anterior executivo camarário de insensibilidade para o problema. Acrescentando que, também «(...) não existe qualquer garantia de que o plano de despoluição do rio Lis possa produzir algum efeito nos anos mais próximos, a as próprias alternativas locais estão a esgotar-se». A Câmara Municipal de Leiria reagiu a estas declarações, reconhecendo que no último trimestre de 97 se «verificaram algumas alterações na qualidade da água do rio Lis», adiantando, no entanto que, a mesma, esteve sempre sujeita a um rigoroso controlo e que em nenhum caso se verificou a contaminação da mesma, garantindo portanto, não haver motivos para alarme.</p>
--	--

SIGLAS

AMAE – Associação de Municípios da Alta Estremadura

ASCL – Autoridade de Saúde do Concelho de Leiria

CE – Comunidade Europeia

DGDR – Direcção Geral de Desenvolvimento Regional

DRA – Direcção Regional do Ambiente

DRARN – Direcção Regional do Ambiente Região Norte

ETAR's – Estação de Tratamento de Águas Residuais

IPAMB – Instituto de Promoção Ambiental

IPE – Instituto de Águas de Portugal.

POA – Programa Operacional do Ambiente

Q.C.A. – Quadro Comunitário de Apoio

SIMLIS – Sistema de Saneamento Integrado de Leiria

Valorlis - empresa de valorizamento de resíduos só

6. BIBLIOGRAFIA

6.1. DOCUMENTOS OFICIAIS

Ministério do Ambiente (MA), Instituto da Água (IA), Direcção Regional do Ambiente do Centro (DRA Centro) (Junho de 1999), Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Lis. 1ª Fase. Análise e Diagnóstico da Situação de Referência, Lisboa: Ministério do Ambiente.

Ministério do Ambiente e Recursos Naturais (MARN), Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Centro (DRARN Centro) (Abril de 1995), Conselho de Bacia do Rio Lis, *Actas das Reuniões do Conselho da Bacia*, Batalha: MARN – DRARN Centro.

6.2. OUTROS DOCUMENTOS E CORRESPONDÊNCIA

Associação de Defesa do Ambiente e do Património da Região de Leiria, (1995), Bacia Hidrográfica do Lis. Dossier 1990-1995 (OIKOS Leiria), Leiria: OIKOS Leiria.

Associação de Defesa do Ambiente e do Património da Região de Leiria (OIKOS Leiria), (1998-1999), Comunicados e Memorandos Vários, Leiria: OIKOS Leiria.

Associação de Defesa do Ambiente e do Património da Região de Leiria, Bacia Hidrográfica do Rio Lis (OIKOS Leiria), (1997), Leiria: Câmara Municipal de Leiria e Instituto de Promoção Ambiental (IPAMB)

Associação Nacional de Conservação da Natureza (QUERCUS), (1994), Os Rios, a Vida e o Homem. Os Recursos Hídricos em Portugal, Lisboa: QUERCUS.

Associação Nacional de Conservação da Natureza (QUERCUS) (1994-1999), Documentação Vária.

6.3. ENTREVISTAS

Mário Baptista Coelho, Independent World Commission on the Oceans, Lisboa, 10 de Dezembro de 1999.

José Gaspar, Quercus, Ourém, 29 de Setembro de 1999.

Henrique Pinto, Delegado de Saúde de Leiria, 29 de Setembro de 1999.

Nuno Carvalho, OIKOS Leiria, 28 de Setembro de 1999.